

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2017

Aos 15 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete pelas nove horas e trinta minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Luísa Maria Vieira Aguiar.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, Artur da Câmara Machado, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Carlos Manuel Pereira Martins, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, José Fraga Ferreira Machado, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Sandra da Silva Mendes, Valdeci Purim, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Alberto Freitas Ormonde Borges, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Marlene Lopes Santos, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 08 de setembro de 2017 foi aprovada com 26 votos a favor e 10 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Uma comunicação do senhor presidente da Câmara Municipal referindo que continuará a colaborar com a universidade dos Açores de forma graciosa nos termos da lei.**
- **Da Câmara Municipal, o pedido para que a Assembleia aprove os representantes nos diferentes órgãos.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Dr. Bento Barcelos (provedor da Santa Casa da Misericórdia de A. H.) – Senhor presidente da Assembleia, muito obrigado por me ter concedido a palavra. Na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Assembleia Municipal. Senhor presidente da Câmara, na sua pessoa, cumprimento também todos os membros do executivo camarário. Sendo esta a primeira sessão da Assembleia neste mandato, quero desejar a todos as maiores felicidades pessoais e políticas para o exercício das vossas funções.

O objetivo de vir aqui o cidadão angrense Bento Barcelos, também provedor da Misericórdia de Angra, é o de manifestar o regozijo pelo facto de a Câmara Municipal de Angra, por unanimidade, ter aprovado a proposta de orçamento que vai ser aqui apresentada, com uma dotação de sensivelmente um milhão de euros, para investir na reconstrução, recuperação e reutilização da igreja do convento das Concecionistas ou antigo hospital da Misericórdia sito à rua da Guarita. Muitos de vós sois demasiado jovens para recordar o funcionamento daquela estrutura como hospital na ilha Terceira onde nasci, visto que sou de idade um pouco mais avançada do que a maioria de vós.

Este imóvel ficou danificado pelo terramoto de 1980. Desde essa altura houve diligências por parte das anteriores mesas administrativas com vista à sua reconstrução, o que não foi possível concretizar por vicissitudes várias. Cumprimento a minha colega da área da saúde, a doutora Marília Vargas, da atual mesa administrativa que está empenhadíssima na reconstrução, recuperação e reutilização do antigo convento das Concecionistas e hospital da Misericórdia, um imóvel que é um elemento identitário da Santa Casa da Misericórdia situado na zona classificada de Angra e não pode permanecer em ruínas.

Nos anos de 1835 foi cedido a título precário e gratuito e sem limite de tempo pelo Governo Régio a pedido da mesa administrativa com a cooperação dos órgãos políticos instituídos de então, o Governo Civil e a Câmara Municipal e faz parte da identidade da Santa Casa da Misericórdia onde se encontra sediada. A instituição precisa daquele espaço para colocar a sede da provedoria mas, fundamentalmente, para dar uma utilização válida à igreja com vista à realização de atos fúnebres com toda a dignidade. Uma das obras da misericórdia é enterrar os mortos com dignidade. Neste momento temos uma pequena capela que é limitadíssima quando acontece mais do que um ato fúnebre em simultâneo.

Das freguesias citadinas, apenas Santa Luzia possui uma capela mortuária. Por essa razão foi celebrado um protocolo aprovado pela mesa administrativa, ratificado pela Assembleia Municipal e assinado, conjugado e protocolado com o executivo camarário para que a igreja fique disponível para este fim, um serviço de primeira necessidade e de dignidade humana.

Na outra parte do edifício onde funcionava o antigo hospital pretendemos instalar uma unidade de cuidados continuados vocacionada para as pessoas com demência que necessitem de cuidados especiais no que respeita à saúde, alimentação, higiene e bem-estar.

O senhor presidente da Câmara teve o cuidado de promover uma reunião com os vereadores da oposição da qual fiz parte. Não pretendo fazer aqui qualquer leitura política mas sim, institucional, e lembro que está ali uma dotação financeira, uma parte do PIRUS, do orçamento camarário, que se destina a este objetivo. Manifesto mais uma vez o meu regozijo pelo empenho da Câmara Municipal e pelo facto de este projeto ter sido aprovado por unanimidade.

Perguntarão os senhores quem vai financiar a outra parte. Temos vindo a fazer diligências nos últimos dois anos junto das entidades competentes do Governo Regional, a Secretaria Regional da Solidariedade Social, a Secretaria Regional da Saúde e da vice-presidência para abrir um programa projeto no plano de investimentos e no orçamento regional para a recuperação da parte restante do edifício. Até agora não houve um compromisso neste sentido por parte do Governo mas estou certo que um dia ele será uma realidade. O senhor presidente da Câmara sempre disse que o importante é começar, é preciso potenciar esta oportunidade, e estamos totalmente de acordo com esta opinião. Iniciando as obras da igreja, a restante parte do convento, incluindo o corpo do antigo hospital e o claustro, virá a seu tempo.

A Misericórdia está empenhadíssima nesta tarefa que reconhecemos exigente. A nossa primeira linha de preocupação é o acolhimento daqueles que se encontram ao nosso cuidado, porque as famílias nos atribuíram essa responsabilidade, desde a mais tenra idade, na creche e no colégio, até à idade mais avançada na unidade de cuidados continuados e na residência para pessoas idosas.

Regozijo-me uma vez mais com a esperança de pormos em marcha a recuperação deste edifício que vai servir a comunidade e engrandecer o património cultural numa área importante desta nossa cidade entre a Guarita e os portões de S. Bento. Um património desta natureza terá um papel importante como veículo de transmissão de cultura, de conhecimento e de apelo a um turismo de qualidade que desejamos para a nossa cidade. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado senhor provedor. Quero também manifestar o meu contentamento pelo facto de uma obra desta envergadura ter finalmente dado os passos suficientes para o seu arranque.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e ilustre vereação, senhoras e senhores deputados. Sendo esta a primeira sessão de trabalho da Assembleia Municipal deste mandato depois da sessão de tomada de posse, gostaria de começar por dizer umas palavras de saudação a todos os que foram eleitos pela nossa população, expressando o habitual desejo de um bom trabalho e de um mandato repleto de bons resultados em prol daqueles que representamos.

O PSD está totalmente disponível para trabalhar e procurar todos os consensos possíveis para tirarmos Angra de algumas situações de dificuldade ao nível do emprego, de insuficiências económicas e de outros problemas sociais derivados de um conjunto de fatores que temos vindo a discutir ao longo dos anos.

Mantemos a nossa preocupação relativamente a um conjunto de problemas que se arrastam ao longo dos anos ao nível do urbanismo, da segurança, das oportunidades de emprego e da situação financeira dos municípios. São estas as causas que nos motivam, temos plena consciência dos resultados eleitorais e do programa mais votado nestas eleições, mas também não abrimos mão do nosso programa que também foi sufragado por um número muito

significativo de cidadãos deste concelho que não deixarão de ter em nós uma voz e uma representação.

Continuaremos a exercer a habitual ação de fiscalização da governação deste mandato, quer ao nível desta Assembleia, quer ao nível da vereação camarária; contudo, não deixaremos de apresentar as nossas propostas e alternativas esperando que as mesmas venham a ser bem acolhidas por parte da vereação e da respetiva maioria desta Assembleia Municipal, assim como também saberemos acolher e votar favoravelmente todas as propostas que considerarmos boas para este município, para as suas freguesias e para todas as pessoas que aqui nasceram ou escolheram residir que esperam de todos nós e, certamente de todos vós, acérrimos defensores dos seus interesses e direitos.

Sr. d. m. Luís Brasil – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e ilustres vereadores, senhoras e senhores deputados. Trago aqui duas questões concretas que são fruto do início de um processo de trabalho dos membros do PSD desta Assembleia Municipal que se deslocaram recentemente a algumas freguesias do concelho no sentido de perceberem e sentirem as situações mais emergentes causadoras de algumas dificuldades.

A primeira questão, que é transversal a todo o concelho, está relacionada com a sede dos bombeiros na freguesia dos Altares. Após uma visita institucional, a consulta de alguns elementos e algumas informações que nos foram prestadas, constatámos que aquele edifício que serve de apoio à zona oeste do concelho e a algumas freguesias do concelho da Praia da Vitória e incorpora os efetivos dos bombeiros e os voluntários que vão por ali passando, está muito degradado em condições deploráveis. O edifício tem muitas infiltrações de água e carece de uma série de obras de reparação e manutenção.

Um segundo problema que detetámos prende-se com o número de incidências anuais em que a ambulância, que deveria permanecer ao serviço daquela zona oeste da ilha, é recrutada para serviços urgentes em Angra deixando toda aquela faixa da ilha desprotegida.

Uma terceira questão, que também consideramos merecer a atenção deste município, é o próprio horário de funcionamento da estrutura e dos recursos humanos a ela afetos. São muitos os dias por ano em que, a partir das 21 horas, a instituição não tem pessoal de prevenção disponível para dar apoio a uma eventual situação de emergência.

Temos conhecimento de que terá havido já durante a legislatura do atual presidente da Câmara, o início de um processo relativo ao fornecimento de equipamentos e à realização de obras naquela estrutura. Uma vez que já houve conversações com a autarquia pela pessoa do senhor presidente em relação ao que seria a participação da Câmara, gostaríamos que nos desse conta do que está programado e previsto em termos de execução da obra, sabendo que a responsabilidade dessa tarefa não é da exclusiva responsabilidade da autarquia.

Numa visita que efetuámos à freguesia, obtivemos a informação por parte de moradores de que a Canada do Madrugá na freguesia de Santa Bárbara apresenta muitos problemas de acessibilidade devido à elevação e degradação do pavimento, mais propriamente à entrada e à saída da canada. Gostaríamos de saber o que a Câmara tem agendado em conjunto com a junta de freguesia de Santa Bárbara para a resolução deste problema.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhores vereadores. Já agora, aproveito para fazer um esclarecimento a respeito da Igreja do Castelo e de obras no património afeto à instituição militar que também interessa à cidade. Estamos em conversações com a Proteção Civil num caso e com o Ministério da Defesa no outro. Estamos agora a aprovar o orçamento inicial mas teremos cerca de 2 milhões de euros para colocar na transição de saldo em abril e nessa altura provavelmente teremos que colocar uma dotação para os bombeiros dos Altares e para aquela igreja num quantitativo que ainda

desconheço porque haverá de facto uma repartição de encargos entre o município, a Proteção Civil e o Ministério da Defesa.

No limite, eu diria que teremos que contribuir com cerca de duzentos a duzentos e cinquenta mil euros para os bombeiros dos Altares. A obra está projetada desde há muito, a fase concursal já decorreu e aguarda-se a qualquer momento que a empresa que está a fazer a avaliação das propostas nos indique qual o empreiteiro responsável pela realização da obra. Quando isso acontecer entraremos com a nossa parte, a Proteção Civil com a sua respetiva contribuição, e essa questão será devidamente assegurada do ponto de vista financeiro a partir da transição dos saldos.

As outras questões, que muito interessam à Câmara e são bem mais complexas, têm a ver com o funcionamento, com a ambulância e com a manutenção da abertura das instalações. Nos últimos anos temos contribuído com 20 mil euros anuais para garantir a abertura daquele espaço e esperamos o cumprimento do compromisso por parte da associação humanitária respetiva. Essa questão já foi por diversas vezes abordada entre mim e a direção dos bombeiros que têm vindo a atravessar um conjunto de dificuldades que voltaram a ser públicas porque ainda hoje ouvi notícias sobre isso.

Não compete à Câmara nem à Assembleia Municipal discutir um conjunto de dificuldades porque temos que respeitar a autonomia das instituições e os bombeiros em si, mas a verdade é que se trata de uma preocupação que deve ser partilhada por todos nós, não apenas em relação aos Altares, mas a todo o funcionamento dos bombeiros nas suas diversas valências que prestam um serviço verdadeiramente essencial para garantir a nossa segurança. Precisamos de ter uns bombeiros plenamente funcionais e em condições de estarem presentes quando for necessário.

Essa matéria foi já objeto de uma reunião entre vários membros da Câmara, a direção dos bombeiros e o senhor presidente da Proteção Civil. Na sequência dessa reunião, a Câmara decidiu oficializar pedindo um conjunto de esclarecimentos para que a Proteção Civil tenha uma ação junto dos bombeiros no sentido de se resolver os problemas existentes. O assunto está no âmbito da Proteção Civil Regional e esperemos o surgimento de soluções a curto prazo no sentido de se ultrapassarem as dificuldades que são públicas e notórias.

Não tenho nenhuma informação relativa à Canada do Madrugal em Santa Bárbara mas penso que o senhor presidente da junta de freguesia nos poderá dizer alguma coisa.

Sr. d. m. Hélio Vieira (presidente da J. de Freguesia de Santa Bárbara) – Muito bom dia a todos. Informo que essa situação da Canada do Madrugal já foi abordada na junta de freguesia e será brevemente apresentada também à Câmara.

Sra. d. m. Elsa Costa – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Senhor presidente da Câmara, hoje não lhe vou falar da queda de árvores mas de desabamentos de muros, de tampas que saltam, do estado caótico em que ficam as rotundas e as ruas um pouco por todo o concelho e dos prejuízos e transtornos que os munícipes sofrem em resultado dos problemas causados pelas águas pluviais.

Sei que o senhor hoje prestou declarações dizendo que tinha uma solução mas deve estar escondida na manga porque a desconhecemos. Neste momento existe uma má gestão do risco. Não me parece que a utilização de ruas como fusíveis hidráulicos a fim de desviar as águas das casas seja uma maneira de mitigar a situação. Gostaríamos que nos dissesse que solução é que o senhor tem para este flagelo.

Sr. presidente da Câmara: – Não sei que declarações foram essas mas não foram, com certeza, prestadas hoje. Deve tratar-se de alguma gravação mais antiga porque hoje não tive a oportunidade de me ouvir. De qualquer maneira, «solução caótica» e «desastre» são coisas que,

felizmente, não aconteceram. É bom que saibamos medir as palavras e percebamos do que estamos a falar.

O nosso concelho tem vindo a fazer um enorme investimento na melhoria do escoamento de águas. É preciso não esquecer que nos últimos quatro anos foram investidos cerca de 4,5 milhões de euros em questões dessa natureza, uma parte pela Câmara Municipal, outra pelo Governo Regional. Lembro as obras profundas realizadas no Porto Judeu, na Grota da Chouriça na Ribeirinha, o que foi feito na ribeira de S. Bento e mais um conjunto de outras intervenções que surtiram um enorme efeito porque a verdade é que cada vez temos menos problemas dessa natureza. O que aconteceu em setembro é perfeitamente normal, acontece praticamente todos anos em que as primeiras chuvadas são intensas e, felizmente, nada de especial aconteceu.

As tampas saltam desde 1994. Temos umas tampas com elevado treino de salto e o que temos vindo a fazer é reduzir a quantidade das que saltam que serão cada vez menos ao longo do tempo. Volto a lembrar o que foi feito por exemplo na rotunda das Bicas e na Grota da Chouriça onde tínhamos problemas cada vez que chovia, o que já não acontece, e o caso do Porto Judeu onde tivemos gravíssimos problemas que não voltarão a acontecer mesmo com a mesma quantidade de chuva.

Há um conjunto de outras situações que têm vindo a ser paulatinamente resolvidas mas outras há que não terão fácil resolução, devido à topografia do lugar onde nos encontramos, porque não podemos transformar os altos em baixos e vice-versa. É uma questão histórica que tem a ver com a construção desta cidade. Lembro que já morreram pessoas arrastadas pelas águas na rua Direita e em S. Bento, esta cidade já sofreu seríssimos cataclismos por diversas vezes e esperamos que não voltem a acontecer.

Lembro o que está a ser feito na Grota do Vimeal e o que foi feito com grande sucesso no Largo de S. Bento, assim como a obra que está a ser feita na Nasce Água onde, cada vez que chovia, havia terra e pedras arrastadas pela Canada que vinham parar à Vinha Brava. A obra estará pronta num par de meses e vamos continuar nessa senda de eliminarmos um a um todos estes problemas. No que toca a soluções caóticas, eu não as vi, mas a senhora de vez em quando vai de férias e ouve umas coisas que diz quando volta, mas a isso já estamos habituados.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores. Não ouvi as declarações citadas pela senhora deputada Elsa Costa mas, como o senhor presidente tem presença assídua na VITEC e semanalmente em duas rádios locais, não me admira que, algures aí pelo meio, tenha havido alguma declaração nesse sentido.

É importante esclarecer que as tampas saltam desde 1994 mas têm ganho muitas medalhas desde 1997 altura em que a Câmara passou a ser do Partido Socialista. São medalhas de bronze, de ouro e algumas de prata e acho que já foram propostas para um concurso de jovens talentos a nível regional. Qualquer dia vamos propor aqui um voto de congratulação pela altura que elas atingem.

Fora de brincadeiras, enquanto órgão municipal, não podemos ficar à espera que as catástrofes aconteçam e temos que agir um pouco proativamente ao nível da prevenção. Havendo soluções para essas e quando o senhor presidente se recordar, agradecia que as partilhasse connosco.

Como nalguns casos o tempo passa e as coisas não mudam muito, no que respeita à obra de asfaltagem na rua Francisco de Ornelas no Corpo Santo, conhecida como a rua das árvores - que vão ser repostas segundo a informação de que disponho -, parece que tem havido queixas por parte de alguns moradores daquela zona relativamente à largura dos passeios. Visto que a rua terá trânsito num só sentido prevendo-se o estacionamento de ambos os lados, parece-me haver alguma folga para mais alguns centímetros nos passeios que acabarão por se revelar

estreitos quando lá forem colocados os sinais de trânsito, as caixas elétricas, as caixas da TV Cabo e outras sinaléticas.

De nada serve falar em mobilidade e acessibilidade para todos quando não se consegue circular nos passeios com um carrinho de bebé ou com uma cadeira de rodas como referi há uns anos numa campanha autárquica. Os passeios poderiam ter sido acautelados com mais 10 ou 15 centímetros de largura de cada lado sem se reduzir o espaço da circulação automóvel, do estacionamento ou para a colocação das árvores.

Quanto ao previsível arranque das aulas em Santa Bárbara, obtivemos a informação de que as condições na atual escola estão a atingir o limite. Os alunos chegam a ter aulas no antigo alpendre, o pátio coberto nas traseiras que foi fechado para o efeito, uma zona de passagem para as casas de banho onde eles têm as aulas e as mochilas. Os pais estão um pouco preocupados com esta situação e pretendem o arranque da nova escola o mais rapidamente possível.

Sr. presidente da Câmara – A largura dos passeios foi calculada de maneira a cumprir exatamente as condições de mobilidade permitindo o estacionamento de ambos os lados da via e a largura regulamentar para a circulação. Qualquer outro alargamento de passeios implicaria a proibição do estacionamento do outro lado da via o que não beneficiaria os moradores daquela zona que é densamente povoada. Pretendeu-se acomodar as árvores que estão a ser recolocadas e o estacionamento de ambos os lados da via. O passeio tem os 80 centímetros na zona mínima e há condições para colocar os sinais noutra posição desviados do caminho. Prometo fazer uma visita de inspeção sinalética à rua e resolveremos o caso.

Quanto à nova escola de Santa Bárbara, a abertura das novas instalações está marcada para o dia 5 de janeiro. Tudo indica que comece a funcionar e possa receber as crianças a partir desse dia.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Como estamos no encerramento da época balnear é a altura certa para trazermos aqui algumas questões que me parecem importantes.

Começo por expressar o desejo de que a zona balnear da Silveira volte a recuperar a bandeira azul e não se repitam as questões de ordem burocrática ocorridas este ano. A primeira situação tem a ver com o estacionamento caótico à volta daquela zona balnear que se vem repetindo há uns anos. Continua a não haver espaço para que os utilizadores possam estacionar legalmente os seus veículos e a nossa Polícia de Segurança Pública continua a fazer zelosamente o seu trabalho passando lá vezes amiúde, por isso se questiona para quando a construção de um parque de estacionamento para que deixemos de ver ali situações perigosas de crianças, jovens e pais com carrinhos de bebé a circularem pela via porque os passeios estão obstruídos com viaturas mal estacionadas.

Ainda relativamente à zona balnear da Silveira, tem havido algumas queixas sobre a falta de higiene dos balneários. Como se encontram concessionados e não são da responsabilidade direta da Câmara, gostaríamos de saber a quem compete a devida fiscalização.

Está a colocar-se em alguns municípios a possibilidade de alargamento da época balnear, tendo em conta o aumento do fluxo turístico. Começam a ocorrer situações perigosas por falta de nadadores salvadores devido ao encerramento da época balnear e gostaríamos de saber até que ponto se poderá pensar na possibilidade da existência de praias vigiadas para além do tempo regulamentar da época.

Sr. presidente da Câmara – Depois do que aconteceu o ano passado, provavelmente seria melhor não termos nenhuma bandeira azul. Ainda não deliberámos sobre essa matéria e a

verdade é que não precisamos de uma associação que nos venha determinar a qualidade das nossas águas porque nós fazemos as análises que são também devidamente afixadas.

Não me parece que advenha qualquer particular ganho para quem utiliza as nossas águas pelo facto de termos a bandeira azul e podemos ter muitas outras bandeiras de outras associações. O tratamento do assunto Silveira no ano passado foi profundamente desagradável e deixou-me com pouca vontade de continuar o diálogo com esta associação. A questão ainda não está resolvida e a verdade é que aquela zona balnear funcionou tão bem como sempre aconteceu, não foi por causa disso que algo ficou pior e a dita bandeira é perfeitamente desnecessária no contexto global destas coisas.

O município de Angra não deve decidir sozinho; já falei com os nossos vizinhos da Praia da Vitória e veremos que ação tomar a respeito dessa matéria. Há outras entidades, começando pela Direção Regional dos Assuntos do Mar que tem essa obrigação, e pelos próprios municípios que podem e devem garantir a qualidade das suas zonas balneares. A matéria está em análise, veremos para que lado caminhar, mas a verdade é que a bandeira azul não nos faz qualquer falta.

O período de duração da época balnear é uma questão que tem que ser analisada com o Governo Regional mas é bom que saibamos que tudo isso acarreta custos muito elevados. O custo mensal de manutenção das nossas zonas balneares anda nos cento e vinte ou cento e trinta mil euros só para manter os nadadores salvadores. Nesse sentido, teremos que decidir se esse dinheiro será aplicado neste fim ou noutra qualquer. Esta matéria tem que ser analisada neste contexto de alocação mais global de gestão de recursos e de outras questões de natureza turística.

A fiscalização relativa à zona balnear da Silveira compete à Câmara Municipal, que tem chamado à atenção cada vez que deteta qualquer falta de higiene, e o estacionamento naquela via é da responsabilidade do Governo Regional. Foi feito um projeto em colaboração com a universidade dos Açores que cederia uma parte dos terrenos a respeito do completar da rotunda que se encontra naquela subida, permitindo um acesso à universidade por aquele lado. O Governo adotou esse projeto, já deu nota sobre esta matéria na discussão deste orçamento e espero que o mesmo tenha consecução. Ao município, muito interessa resolver esse problema.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Por mais complicada que seja a negociação com aquelas pessoas, a bandeira azul não deixa de ser um reconhecimento internacional apesar de ser atribuída nacionalmente. Se perdermos este reconhecimento devemos ter algo ao nível regional capaz de o substituir com igual credibilidade o que é impossível a curto prazo.

O betão da rampa da Silveira que foi reparado há pouco tempo começa a mostrar fissuras em três ou quatro locais. Numa polémica entre artigos de opinião no jornal Diário Insular, a EDA veio a público dizer que a instalação elétrica naquele local é particular. Tanto quanto sei, a iluminação foi colocada ali pela Câmara Municipal por isso agradecia o devido esclarecimento.

Sr. presidente da Câmara – Nada está decidido em relação às bandeiras azuis e não tem a ver com a dificuldade em negociar. Não haverá uma decisão unilateral da nossa parte e estamos a coordenar isto com os nossos vizinhos para vermos qual o melhor caminho a seguir. Entretanto até já houve um pedido mais ou menos rebuscado de desculpas a referir que, afinal, deveríamos ter recebido a bandeira, mas a questão mais importante é saber se vale a pena porque é um reconhecimento que se paga bem pago e não me parece que nos traga nada de especial para a gestão das zonas balneares.

Vamos ver o que se passa em relação ao betão da rampa da Silveira. Quanto à iluminação, do ponto de vista legal trata-se de uma instalação particular sendo que o «particular» é a Câmara Municipal. Não é uma instalação pública embora pertença a um organismo público e o responsável por ligar e desligar é o «particular» Câmara Municipal que se tinha esquecido de

um relógio mal programado que já se encontra reprogramado e o «particular» já pôs a instalação a funcionar como deve ser.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(em anexo, Índice dos Pontos da Ordem do Dia)

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 26 de agosto a 30 de novembro de 2017, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Estamos num período um pouco especial já que a última reunião da Assembleia decorreu há muito pouco tempo, estivemos em período eleitoral, tratou-se da instalação dos órgãos e a atividade municipal teve o natural abrandamento. Eu diria que nesta fase não aconteceram grandes coisas entre a última reunião da Assembleia do mandato anterior e o momento presente.

O mais importante para vos dar conta tem a ver com o andamento de obras que mantiveram o seu ritmo e não foram afetadas por esta mudança de mandatos mas existe uma que muito trabalho nos deu e preocupou a Câmara e esta Assembleia. Refiro-me à escola de Santa Bárbara que, felizmente teve o seu término, encontra-se na fase de mudança e estamos a terminar uma saga que, pelas minhas contas, se arrasta há nove anos.

Das restantes obras, as mais relevantes que o município tem a seu cargo, destacamos a construção dos parques de estacionamento junto ao Tanque do Azeite e a ligação pedonal até ao Fanal que está a decorrer dentro dos prazos esperados sem qualquer anomalia e a aproximar-se da sua conclusão, faltando cerca de três meses de obra.

O alargamento do jardim e a construção do Centro Interpretativo na rua do Marquês, duas obras anichadas uma na outra, estão a decorrer com normalidade apesar de alguns problemas de responsabilidade do empreiteiro relacionados com a implantação da obra em que foi obrigado a proceder às devidas correções. A fiscalização da Câmara detetou uma incorreção de alturas o que obrigou à respetiva demolição e reconstrução. Embora estejamos ainda numa fase relativamente incipiente da obra, não se deteta qualquer problema.

A explicação para a terra que apareceu na zona baixa da cidade na primeira chuvada do ano teve a ver exatamente com essa obra. Havia muita terra seca que foi arrastada para a rua do Marquês e veio parar à rua Direita mas foi lavada meia hora depois e não houve nenhuma situação muito grave.

A maior obra dos próximos tempos será a proteção costeira e de acesso ao mar na zona do Fanal que foi visada há relativamente pouco tempo e o empreiteiro está a proceder aos trabalhos preparatórios porque a maior parte tem a ver com a preparação da pedra na pedreira que será colocada ali provavelmente a partir do mês de abril.

As outras obras de gestão corrente relacionadas com questões de asfaltos também estão a decorrer dentro da normalidade. Creio que, nesta altura, estão a trabalhar num parque de estacionamento aqui em baixo no fim do Fanal e seguem-se mais duas obras, uma no Raminho outra em S. Bartolomeu, que decorrerão numa sequência relativamente curta, ficando a faltar uma rua ali ao lado de S. Gonçalo que é a última deste conjunto. Teremos ainda uma reunião com os senhores presidentes de junta no princípio de janeiro para prepararmos um novo pacote de intervenções para os quatro anos seguintes.

Do ponto de vista da execução financeira, o ano está a decorrer com absoluta normalidade e vamos encerrá-lo com uma boa taxa de execução dentro do que vem sendo normal nos últimos anos. Do ponto de vista da receita, as coisas correram bastante bem com uma execução acima dos 90% e estamos na casa dos 80% no que diz respeito à despesa mas há ainda um conjunto grande de despesas que entrarão no último trimestre e ficaremos com um bom encerramento. A previsão da transição de saldos anda na casa dos dois milhões de euros que virão a esta Assembleia por volta de abril e aí poderemos reforçar mais algumas intervenções.

Sra. d. m. Catarina Matias – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Apesar de ter adjudicado a limpeza dos balneários da zona balnear da Silveira ao hotel Caracol a Câmara aceita todas as reclamações feitas pelos utentes. Tem-se notado que o particular não tem feito as limpezas assertivamente. Provavelmente não terá muita vontade em colocar lá o papel higiénico e contribuir para a higiene necessária naquele espaço.

A fiscalização desta zona balnear deve também ser feita pela junta de freguesia de S. Pedro. Não basta entregar as reclamações à autarquia, é necessário também interceder com a entidade responsável pela limpeza e higiene daquela zona balnear que é muito frequentada.

Sr. presidente da Câmara – Existe um bar explorado pelo hotel que funciona em terreno municipal e em troca desse espaço há a obrigação de manter e fazer funcionar em boas condições as instalações balneares. Essa questão foi aqui trazida ao longo do ano por várias pessoas, eu estive por diversas vezes no local juntamente com vários membros do executivo e foram tomadas as necessárias medidas no sentido de evitar qualquer quebra do compromisso assumido. Aquele bar está situado em património da Câmara e em vez do pagamento de uma renda existe a contrapartida de manutenção daquelas instalações abertas ao público em bom estado de funcionamento, o que tem sido relativamente cumprido.

Falando agora em favor do hotel, a verdade é que, depois de um período com alguns problemas, na fase final desta época balnear as coisas correram manifestamente melhor. O gerente do hotel esteve no local, fez-se um esforço no sentido de melhorar as coisas e vamos ver se tudo corre melhor no ano que vem. Como diz o povo, as meias são melhores para as pernas, estão ali criadas umas meias nada fáceis de resolver e esta é uma daquelas situações a evitar no futuro porque a entrega de instalações do município à gestão de terceiros traz normalmente um conjunto de problemas de difícil resolução.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Visto que estamos no início do mandato, em primeiro lugar, gostaria de fazer uma abordagem política em jeito de desafio direto ao senhor presidente da Câmara e ao executivo municipal na sequência de um debate que mereceu amplos consensos no Conselho de Ilha acerca da necessidade do segundo maior concelho dos Açores aumentar a sua pressão e reivindicação junto do Governo Regional para ver cumpridos os investimentos e as obras do Governo neste concelho e na ilha, especialmente as que têm uma relação direta com a alavancagem do nosso tecido económico e com a criação de emprego e riqueza.

Temos visto por parte do Governo Regional o cumprimento de compromissos relativos às necessidades sociais, uma marca da atual governação, mas tem havido ao longo dos anos adiamentos em infraestruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento do concelho e da ilha como o Porto das Pipas, com as obras prometidas e canceladas, orçamentadas e nunca executadas.

Há a necessidade de se fazer cumprir neste concelho aquilo que se promete. O senhor presidente da Câmara poderá contar com todo o nosso apoio e os consensos possíveis para que esta Câmara tome junto do Governo Regional todas as posições de força necessárias para que esses investimentos não continuem a vir ano após ano com cabimentação orçamental e sem execução. Por vezes há execuções financeiras sem execuções físicas, o que é ainda mais

preocupante. Gostaríamos de ver da parte deste executivo camarário mais essa robustez de ação, tão necessária para o concelho e para a ilha Terceira.

Existe uma outra questão relacionada com a energia que terá que ser incontornável na governação. Neste momento a Câmara de Angra é produtora de eletricidade através da sua central de produção energética e a ilha está a tornar-se excedentária na produção de energia em fontes renováveis; como tal, nos períodos de baixo consumo é preciso deslastrar, ou seja, há eletricidade a mais e é preciso libertá-la porque não há consumo. Por outro lado temos vindo a assistir a uma redução da iluminação pública nas vias regionais e municipais por uma questão de poupança porque a energia é cara.

Temos, portanto, aqui um paradoxo. No período em que há eletricidade a mais, ela é deitada fora e poderia ser aproveitada para a iluminação pública e para a segurança das populações. A Câmara e o Governo Regional retiram luminárias para poupar dinheiro porque a EDA cobra ao produtor de energia, neste caso a Câmara Municipal de Angra. Lanço o desafio para que este executivo camarário se sente à mesa das negociações com a EDA e com o Governo Regional com o objetivo de se aproveitar a eletricidade que é desperdiçada no período em que precisamos da iluminação noturna. Este terá que ser um desígnio deste mandato.

Continuando, é cada vez mais urgente e necessária uma abordagem muito concreta acerca das ruínas e do nosso urbanismo. Continuamos sem soluções à vista para as grandes ruínas, os grandes imóveis abandonados do concelho com todos os problemas e perigos que daí advêm. São sempre os mesmos: o antigo hospital de Angra, o edifício dos Celeiros e a antiga empresa de laticínios dos Açores. São imóveis privados que se encontram penhorados à banca e o seu preço de mercado tem vindo a descer. Se não houver uma resolução desses imóveis em termos de mercado, julgo que se poderão gerar consensos porque o município dispõe de mecanismos para a resolução desses problemas visto estarem em causa questões de segurança, de pragas urbanas e de saúde pública.

O CDS-PP apresentou na Assembleia Legislativa Regional uma proposta ao Governo Regional de aquisição do imóvel do antigo hospital, proposta essa que foi rejeitada. O senhor presidente da Câmara já nos anunciou a existência de negociações e contactos para a aquisição do imóvel por parte de um privado mas nada vemos na prática.

Não houve mais referências por parte do senhor presidente da Câmara relativas a intervenções nas calçadas em Angra. Independentemente das técnicas de construção ou dos métodos utilizados, todos concordamos que continuamos com problemas muito graves nos pavimentos desta cidade que não foi projetada para a intensidade de tráfego automóvel que temos. O desgaste sobre as nossas calçadas características do centro histórico classificado continuará a obrigar este ou qualquer outro executivo camarário a intervenções constantes.

Houve aqui algumas referências às chuvas, à drenagem de águas e a tampas que saltam. Julgo tratar-se de uma realidade bem conhecida por parte do senhor presidente da Câmara que foi secretário regional e teve a seu cargo a tutela do ambiente e do ordenamento do território. Certamente concordará comigo quando lhe disser que a nossa realidade de hoje dificilmente poderá comparar-se com a época de 1994, 1995 ou 1996 altura em que se fez a obra de saneamento básico no centro histórico de Angra que não existe noutras cidades da região.

O desenvolvimento urbano e a impermeabilização ao redor da cidade são completamente diferentes. Hoje em dia temos um conjunto de edifícios construídos com um elevado nível de impermeabilização dos solos como é o caso do hospital de Angra - talvez o mais emblemático - o que faz com que as águas escorram em vez de se infiltrarem, o que nos trará mais problemas a jusante e no centro da cidade.

Não foi feito nenhum investimento em termos de fossas e sumidouros e é preciso ter em conta o atual aumento da intensidade de fenómenos climáticos extremos. A qualidade das respostas e

os equipamentos municipais terão que ser adaptados a essa nova realidade para que tenhamos mais capacidade de prevenção em vez de estarmos constantemente a responder a catástrofes. Os exemplos de investimentos camarários aqui referidos pelo senhor presidente da Câmara no Porto Judeu, em S. Bento e na Ribeirinha são importantes, também com a ação do Governo Regional, mas foram respostas a catástrofes. Com os seus conhecimentos ao nível da proteção civil, o senhor presidente da Assembleia dificilmente discordará quando digo que o mais importante é a antecipação dos problemas.

Não é uma boa reação de início do mandato quando, confrontado com questões da oposição como a da senhora deputada Elsa Costa, o senhor presidente da Câmara acaba por responder indelicadamente falando de idas de férias ou tecendo outro tipo de considerações desagradáveis. Não estamos aqui para isso e pedia-lhe outro tipo de abordagem às questões aqui lançadas pela oposição.

Quanto à bandeira azul, concordo que não devemos ficar reféns de nenhuma instituição particular mas a bandeira é uma certificação com reconhecimento nacional e internacional, um símbolo também reconhecido por quem nos visita. O meu pedido é que ambas as partes sejam capazes de resolver um conflito que eventualmente nos impeça de usar uma ferramenta necessária para o desenvolvimento do nosso turismo.

Sr. presidente da Câmara – Numa abordagem mais política à primeira questão, há de facto um conjunto de soluções que precisam de ser resolvidas e espero que os próximos dois anos vejam ultrapassada a situação do Porto das Pipas assim como outras que se vêm arrastando por aí.

Quanto à energia, o problema é verdadeiramente complexo. Quando a região autónoma dos Açores aderiu à regulação há cerca de uma década e meia, tivemos um enorme benefício com a redução dos preços de eletricidade na casa dos 20% mas passámos a ter as obrigações daí decorrentes. O preço da eletricidade deixou de ser fixado pela região e passou a ser regulado pela ERSE com critérios nacionais e dificilmente poderemos pensar em preços diferentes para os Açores, ainda mais especificamente para a ilha Terceira.

A energia é mais cara durante o funcionamento da iluminação pública até cerca da meia-noite ou 01 hora da manhã quando começamos a ter excesso e a mesma se torna mais barata. O preço da energia para a iluminação pública é semelhante ao preço a que chega às nossas casas com o mesmo regime tri horário com valores diferentes consoante a hora. É um assunto sem solução simples da responsabilidade da entidade reguladora que financia anualmente a EDA numas quantas dezenas de milhão de euros a partir dos contribuintes nacionais e regionais.

Se consultarem a fatura da eletricidade poderão reparar numa parcela que não corresponde à energia e representa cerca de 40% em média do que pagamos. É um assunto de enorme complexidade com o qual a Câmara já tentou lidar, muito interessa à TERAMB e terá que passar novamente pelo parlamento dentro de pouco tempo. Há uma iniciativa legislativa visando regular a eletricidade nos Açores que vai a caminho da Assembleia Legislativa e esse será o momento ideal para, na componente de responsabilidade regional, se tentar ultrapassar algumas questões que muito têm afligido as câmaras municipais da Terceira por causa do funcionamento da TERAMB. Como o senhor deputado Luís Rendeiro é também deputado na Assembleia Legislativa Regional, fica desde já aqui o pedido para que sejamos aliados nessa campanha.

No que toca às ruínas, nos últimos quatro anos demos um enorme salto e recuperámos um conjunto muito alargado de edifícios. Temos agora também a igreja das Concecionistas e o respetivo claustro, a igreja do Livramento e o claustro e uma ruína de 30 anos que é a parte restante do edifício da Fanfarra Operária que se aproxima de uma solução. Tivemos a Globo aqui na esquina, a Cruzeiro ali um pouco mais acima e ainda aquele conjunto enorme de edifícios abandonados que é o hotel dos franceses na Serretinha.

Felizmente, no nosso município fez-se uma excelente caminhada no sentido da eliminação de ruínas para não falar das dezenas ou centenas de outros edifícios privados que têm vindo a ser recuperados pelos respetivos proprietários, algo de bom que aconteceu nos últimos quatro anos, antevendo-se para os próximos tempos a aceleração desse processo já que, através do IFRRU e da disponibilização do IHRU, também os particulares proprietários de edifícios arruinados terão uma possibilidade de se financiarem com vista à sua recuperação.

Que me lembre, talvez desde o período em torno do sismo, estão agora criadas boas condições para que as entidades possam recuperar edifícios em ruínas e não quero esquecer os três casos mais difíceis que temos entre mãos: o antigo hospital, os antigos celeiros e a velha fábrica de laticínios ali na Grotta do Vale. Cada um destes imóveis tem características diferentes e provavelmente terá também destinos distintos. Uma avaliação feita por uma entidade externa ao antigo hospital diz que, só a parte construída que poderá ser aproveitada, valerá entre os quatro e os seis milhões de euros e mandar deitar aquilo abaixo significa uma perda enorme para todos nós. Continuam a existir interessados, há dificuldades de negociação mas vamos ver se as coisas se resolvem.

Existia um projeto de reaproveitamento do antigo edifício da ELA que não faz grande sentido nos dias que correm porque o aproveitamento que valia cerca de um milhão de euros provavelmente não chegará a qualquer destino e creio que o melhor será a Câmara caminhar no sentido de ordenar a sua demolição.

Quanto aos celeiros, falta agora demolir os silos embora haja uma ideia de os reaproveitar com outro objetivo. Como o risco já não é eminente porque o terreno está limpo, vamos dar algum tempo para vermos se chegamos a alguma conclusão sobre esta matéria. Não me lembro de se ter vivido tempos tão bons como agora em relação à reabilitação urbana.

Vamos continuar também o processo de substituição de calçadas. Neste momento está a terminar um troço ao cimo da rua da Garoupinha, o objetivo é ir agora para aquela subida junto à Casa da Roda, segue-se a Miragaia e a Ladeira de S. Francisco para continuarmos este processo de substituição rua após rua.

Há uma questão acessória que tem a ver com a passagem de viaturas pesadas, em particular os autocarros de grandes dimensões que, para além de provocarem danos no pavimento, causam vibrações excessivas nos edifícios em torno. É uma matéria em análise que tem a ver com a criação de um terminal de autocarros e estamos à espera da resposta de uma entidade que apresentou uma proposta para vermos o que é possível fazer nesse sentido.

A retirada dos grandes autocarros, mantendo apenas os mini buses a circular no centro da cidade, implicará a criação de um novo regime de tarifário e a revalidação dos bilhetes para que, quem os comprar numa freguesia qualquer, tenha o direito a circular dentro da cidade nos mini buses sem qualquer pagamento extra. Como sabem, a redefinição do terminal de autocarros está ligada à questão do mercado e à possível construção de um silo de estacionamento e existe um conjunto de propostas em cima da mesa numa fase de negociação.

As questões relacionadas com o ordenamento do território são um pecado original da nossa terra mas têm soluções que vamos tentar construir uma após a outra. As fossas e sumidouros são também uma necessidade, além das que já foram feitas, e são necessárias mais bacias de retenção como a que foi criada nas Bicas.

Está neste momento em andamento uma obra dos Serviços Municipalizados com vista à separação das redes de esgotos a montante, o que vai retirar cerca de 1/3 do caudal da zona baixa, permitindo criar aqui também uma folga maior nas redes existentes cujo problema tem a ver com a confusão que muitos de nós fizemos nas nossas casas. Há quem tenha ligados os beirados à rede de esgotos domésticos e as sanitas à rede dos esgotos pluviais, um problema generalizado por toda a cidade em que o sistema separativo não se encontra a funcionar

adequadamente. Isto implica grandes investimentos para os privados para voltar a religar, um assunto obviamente muito complicado.

Sra. d. m. Elsa Costa – Esperando, senhor presidente, que não lhe salte mais uma tampa, afinal o senhor sempre tinha uma resposta para me dar. Debruço-me agora sobre as lombas como aquela existente em S. Pedro e um outro caso ainda mais caótico - sei que o senhor não gosta desta palavra - que é aquela lomba situada no bairro de Summerchild na Canada das Almas que foi mal projetada. Quem por ali passar com um carro baixo, mesmo circulando devagar, acaba por bater na lomba.

Sr. presidente da Câmara – Neste caso tenho que concordar com a senhora deputada Elsa Costa, dizendo-lhe que estas lombas são um aborrecimento e algo que gostaria de não ver nas nossas ruas. Temos aqui baixos assinados que existem há muito tempo para se colocar lombas em tudo o que é canada e caminho porque toda a gente acha que os outros é que circulam com excesso de velocidade e só os próprios é que cumprem as normas.

O caso da Canada dos Folhadais tem a ver com o acesso a uma instituição e com os problemas recorrentes que lá aconteciam. Se todos nos comportássemos como deve ser não teríamos as lombas que são um incómodo. Eu também gostaria de as ver todas retiradas e tenho feito os possíveis para não ceder às pressões para colocar ainda mais. Como os senhores presidentes de junta de freguesia sabem, não há freguesia nenhuma deste concelho sem o pedido de, pelo menos, cinco lombas. Se aceitássemos todos os pedidos, teríamos uma autêntica serra pelos nossos caminhos fora. A lomba do bairro da Canada das Almas está, de facto, alta e estreita e já se mandou retificar.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Gostaria de saber o que é o «*Angra Bike Sharing Project*» e qual o projeto *Open Source* que está a ser desenvolvido por um senhor chamado Justin Meyers a quem foram fornecidos os números de polícia do concelho como consta aqui algures no relatório de atividades. Eu gosto de andar de bicicleta, confesso que chego ao cimo da rua mais morto do que vivo, por isso espero que isto envolva algum tipo de motor ou um reboque para nos ajudar a subir a rua do Galo, por exemplo. É que essas inclinações parecem suaves mas, quando temos que puxar pelas pernas, afinal não é bem a mesma coisa.

A escola Tomás de Borba desenvolve muitas atividades fora de horas após o escurecer com grande parte da iluminação desligada. Por vezes, quando os pais vêm mais tarde, a criança fica sozinha debaixo da única luz existente. Não sei se a despesa da iluminação é da responsabilidade da escola, do município ou do Governo Regional mas estas situações não nos parecem nada confortáveis. Como não tenho filhos a estudar naquela escola, a minha legitimidade para falar com a direção da escola é relativa e penso que a Câmara Municipal deveria intervir nesse sentido visto que estas atividades fora de horas deverão estar protocoladas com outras entidades como os clubes de judo, de natação, de basquete, etc.

Voltando ao tema das ruínas, quando o Governo Regional se lançou na obra da nova biblioteca pública, poderia ter seguido outro caminho visto que tinha entre mãos a obra do novo hospital e deixou um espaço vazio que se tem revelado uma verdadeira chaga para a cidade; já lá foi encontrada uma pessoa morta e aquilo é absolutamente indescritível nos dias que correm.

Ao tempo, em vez da escolha do Governo Regional que também se arrastou anos a fio com derrapagens orçamentais que ultrapassaram os dez milhões de euros além do que estava previsto, teria sido mais racional se tivesse ficado com aquele espaço para acomodar a nova biblioteca e arquivo regional e criar ali uma área cultural para as artes tipo museu Berardo ou Fundação Gulbenkian. Algumas destas ruínas não se devem a lapsos, a falhas de mercado ou à falta de procura nem estão desprovidas de ligação ao poder político. São consequências de opções mal ponderadas tomadas por pessoas ligadas a projetos políticos, a governos e a câmaras municipais.

Ainda em relação aos esgotos, às águas e às tampas que saltam, a zona do novo hospital é dos locais de onde, após qualquer chuvinha, escorre lama para a circular externa e para aquela rotunda. Ao que parece, alguns daqueles acessos estão construídos perto de uma ribeira. O senhor presidente da Câmara enquanto Secretário Regional do Ambiente, teve a seu cuidado ou teve em projeto a elaboração de uma carta de risco construtiva para a região que serviria para condicionar a construção em determinadas zonas com riscos de sismo, de inundação, etc.

Gostaria de saber se a Câmara Municipal foi consultada a emitir algum tipo de parecer em relação à construção do hospital e se chamou a atenção para a recolha das águas pluviais porque existe ali um foco de acumulação e descarga que desce o Lameirinho até à Praça Velha. Estas águas têm que escoar para algum lado e acabam por fazer com que as tampas da cidade batam recordes olímpicos. Pergunto se a Câmara foi tida e achada na construção daquela obra e se alertou para estes riscos, acautelando canais de escoamento adequados para as águas.

Sr. presidente da Câmara – Confesso a minha ignorância em relação aos números de polícia e não faço ideia o que isso seja. Quanto às bicicletas, o título não é nosso, o Turismo de Portugal abriu uma candidatura à qual Angra também concorreu e ainda não sabemos se seremos financiados. O projeto envolve um conjunto de bicicletas partilhadas com ajuda elétrica com uns carregadores a colocar junto aos hotéis em que a pessoa sai de um local com a bicicleta e entrega-a noutro ponto qualquer. Envolve também a criação de um conjunto de pontos de recolha e largada de bicicletas aberto aos turistas e aos habitantes locais. A nossa cidade concorreu e isso foi colocado aí como uma questão previsional.

Quanto à iluminação de pátios de escolas, no caso das escolas que são propriedade da região autónoma dos Açores como o caso da escola que referiu, cabe ao orçamento da respetiva escola pagar a eletricidade. À Câmara compete pagar a energia elétrica das escolas do 1º ciclo que são propriedade da autarquia.

Já dissemos o que tínhamos a dizer em relação às ruínas e no que respeita ao hospital, o assunto nada tem a ver com o que estamos aqui a falar porque a água e as terras não provêm do hospital mas sim dos terrenos a montante. É sempre o mesmo problema devido a uma travessia da via rápida com secção insuficiente; antes acontecia no Farroco e agora está desviado para outro lado.

Há duas travessias hidráulicas na via rápida: uma delas nos terrenos logo a seguir ao hospital, que tem a ver com a antiga levada da Ribeira dos Moinhos e com a drenagem dos terrenos a montante desde a Ladeira da Pateira que tem causado problemas naquela zona, e outra junto às bombas de gasolina antes de chegar à Silveira. Ambas estão mal dimensionadas o que faz com que a água em excesso transborde. A água com terra provém dos cerrados lá em cima e nada tem a ver com o hospital. Essa água passava por debaixo do viaduto que ali havia, corria por S. João de Deus e vinha parar ao centro da cidade.

A separação dos esgotos do hospital, que serão levados por gravidade diretamente para a Grota do Vale para se evitar que venham para a zona central da cidade, faz parte do projeto dos Serviços Municipalizados de separação de esgotos da zona alta que está neste momento em curso. Não sei se a Câmara disse alguma coisa mas também não me parece relevante porque nada tem a ver com isto e o hospital não foi construído dentro de nenhuma linha de água. Neste caso apenas releva pela positiva porque criou mais uma barreira às águas. O que é preciso agora resolver é o problema complicado da passagem hidráulica junto a S. Rafael que não tem solução fácil.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – O fornecimento dos números de polícia ao senhor Justin Meyers no âmbito do projeto *Open Source* desenvolvido por ele consta da página 29 do relatório.

A zona por onde tem corrido muita água ultimamente fica a nascente do hospital e pelo que conseguí ver o outro dia numa inundação, as águas do hospital juntam-se às outras. Como ia em

sentido contrário e esse lado estava inundado, não pude deslocar-me para verificar onde a água estaria a acumular porque vem pelo lado do hospital e aparentemente também entra por detrás na saída de emergência existente nas traseiras.

A respeito das bicicletas, convém fornecer um boletim de segurança e alerta aos ciclistas para não circularem pelas pedras brancas da calçada que são escorregadias mesmo em dias secos.

Sr. presidente da Câmara – O *Open Source* é um projeto de investigação académica relacionado com a disponibilização de dados *online* que está a ser feita por um consórcio de universidades. Nós disponibilizámos no nosso *site* a cartografia do concelho que não continha os números da polícia e foi-nos pedido que fossem incluídos no *Open Source*.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor presidente da Câmara sublinhou a complexidade de algumas questões que coloquei há pouco na minha primeira intervenção. Para reconhecer essa complexidade não é necessário um presidente da Câmara com um mandato reforçado mas estas questões merecem, da sua parte, uma especial e complexa atenção. Muitas destas perguntas e as mesmas exatas respostas foram obtidas nos últimos quatro anos e, por alguma razão, as situações não se resolveram. É preciso que estes assuntos mereçam uma maior atenção por parte da Câmara e passem de um período de quarentena para um período de cura e ação. Sabendo que algumas destas situações são do domínio privado, a autarquia não pode ser apenas um espectador certamente atento porque a lei dá mecanismos aos municípios para poderem interferir.

A respeito da iluminação noturna, muita coisa mudou em termos legislativos acerca dos monopólios, das redes, das tarifas e das várias entidades responsáveis pelas telecomunicações. Uma vez que há outras entidades produtoras de eletricidade além da EDA e o seu monopólio da rede de distribuição, o desafio é saber em que medida um produtor de eletricidade como a Câmara Municipal poderá reivindicar também alguma possibilidade de distribuição de energia para serviço público uma vez que essa rede utiliza também terrenos públicos. Neste momento até já paga qualquer coisa em termos de direitos de passagem que não pagou durante muito tempo.

Parece-me grave que o custo de eletricidade e de iluminação pública seja extremamente oneroso para os municípios independentemente da regulamentação da ERSE que o senhor presidente aqui frisou muito bem. Este município e esta ilha estão a deslustrar, ou seja, a desperdiçar energia enquanto a pagam muito cara, ao mesmo tempo que se reduzem luminárias em todas as freguesias.

Senhor presidente sente-se à mesa com quem tiver que ser porque terá certamente todo o nosso apoio. Isto não se resolve em quatro meses, tomáramos que se resolvesse até em quatro anos, mas não devemos deixar o assunto cair no esquecimento. Lanço aqui o desafio para que estas sessões da Assembleia Municipal não se fiquem pelo debate e pela troca de impressões entre os grupos municipais da oposição e o executivo camarário. Gostaria que os deputados municipais do partido socialista que estão em maior número nesta casa também contribuíssem porque certamente também identificam problemas no concelho e isto tem que ser um pouco mais dinâmico. No mandato anterior falhou claramente a prepositura da bancada do Partido Socialista, por isso seria bom que isto fosse um pouco mais proativo nos próximos quatro anos.

Sr. presidente da Câmara – As questões da concessão, quem faz o quê e a forma como as redes são utilizadas, é exatamente o objeto do decreto legislativo regional que os senhores terão oportunidade de apreciar a breve trecho porque consta da proposta de documento que vai a caminho da Assembleia Legislativa Regional e o senhor terá oportunidade de participar nisso.

Sr. d. m. Délio Borges – Fiquei estupefacto com a resposta do senhor presidente da Câmara perante a minha observação e sugestão para que a zona balnear da Silveira voltasse a ter a bandeira azul. A possibilidade de, no próximo ano não termos zonas balneares com bandeira

azul é uma opção, mas deixo à consideração de todos que se trata de reconhecimentos e não está em causa a qualidade das zonas balneares. Por questões profissionais, estes assuntos despertam-me particular interesse e as ISO, os reconhecimentos públicos e os prémios são dados por entidades independentes. Faz parte do século XXI concorrer, apresentar candidaturas e estarmos sob o jugo de pareceres e opiniões de entidades independentes que nos atribuem prémios e reconhecimentos.

O IFRRU é um instrumento financeiro de revitalização urbana com imensas vantagens porque, além de revitalizar e recuperar edifícios públicos, apoia também projetos particulares. As câmaras municipais do país têm feito um trabalho de divulgação e promoção e emitem pareceres às candidaturas dos particulares. Pergunto ao senhor presidente se a Câmara Municipal de Angra tem feito ou pretende fazer também esse trabalho junto dos particulares do nosso concelho e se nos pode indicar quantas candidaturas particulares ao IFRRU existem neste momento.

Sr. presidente da Câmara – Como disse há pouco, não existe qualquer decisão tomada acerca das bandeiras azuis. Se não houver bandeira azul haverá outra qualquer porque existe um conjunto de outras entidades que fazem o mesmo tipo de reconhecimento. As zonas balneares são certificadas pelo Governo e pela autoridade marítima que não dependem da Câmara. Há um conjunto de entidades que superintendem nessa área e um sistema variado de bandeiras. Há países em que as bandeiras têm outras configurações, no nosso país há municípios que optaram por outro fornecedor de bandeira e na região há já quem a tenha da QUERCUS. Ficaremos atentos e estamos em conversações para que tenhamos a melhor das certificações.

Os instrumentos financeiros são de facto importantes e os projetos dos particulares são elegíveis, não para o IFRRU em todo o lado, mas para arrendamento ao abrigo do IHRU em que já há um conjunto de candidaturas e a Câmara tem apoiado os particulares que assim querem. Quanto ao IFRRU, neste momento só há elegibilidade da circular para dentro por se tratar de um PIRUS equivalente a um ARU. A Assembleia tem na sua agenda de hoje a criação de mais duas zonas de elegibilidade, uma em S. Sebastião, outra na Terra Chã, e faz parte dos nossos compromissos eleitorais a criação de mais duas, uma no Porto Judeu e outra em S. Mateus que virão aqui à Assembleia Municipal dentro de algumas sessões.

Há elegibilidade para o IHRU de uma ponta à outra do concelho. Houve quem já o fizesse, a Câmara já enviou alguns técnicos para fazerem formação e logo que estas ARU's estejam aprovadas será criado um atendimento específico para essa matéria.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas. Não posso deixar de responder à provocação do senhor deputado Luís Rendeiro. Estamos aqui a ouvir as questões que colocam ao senhor presidente da Câmara, que são pertinentes, e as suas respostas até agora têm-nos mantido satisfeitos. Aconselho o senhor Luís Rendeiro a preocupar-se com a sua bancada que, com a nossa preocupação-nos nós. Tenha calma porque quando tivermos algo a dizer, assim o faremos.

Não se registaram mais intervenções. A Informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Aplicação de regime de derrama.

Para aprovação nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores. Trata-se da aplicação do regime de derrama que já existe noutros concelhos. Pretende-se que uma percentagem do valor

pago na totalidade em Ponta Delgada possa reverter a favor do nosso município e está relacionado com o número de funcionários das empresas presentes aqui no concelho. Não se aplica às empresas com sede em Angra do Heroísmo mas sim aos vários bancos, à MEO ALTICE, aos CTT entre outras.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (20 do PS, 6 do PSD e 2 do CDS-PP) e 7 abstenções do PSD.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa declaração de voto) – O PSD absteve-se neste ponto da derrama, não por discordar da aplicação do imposto às empresas em causa, mas por uma questão que tem a ver com uma proposta apresentada pelos nossos vereadores com vista a consignar os dividendos obtidos pela cobrança de derrama a estas empresas a todas as juntas de freguesia do concelho.

Esta é uma questão política que nos separa assim como todas aquelas em que o PSD tem proposto que a Câmara abdique de receita ou a consigne a uma qualquer instituição ou atividade. Isto aconteceu, entre outras circunstâncias, quanto propusemos a devolução aos municípios da porção variável do IRS.

É uma natural divergência política. O senhor presidente da Câmara e o executivo entendem não abdicar da receita em vez de a consignarem a outro qualquer fim, nós entendemos que estas empresas devem pagar derrama neste concelho, e por isso é que uma abstenção não deixa de ser também uma viabilização da proposta. Não vos damos o nosso voto favorável porque entendemos que até agora a Câmara foi governando o concelho sem esta verba que não era cobrada e agora poderia atribuí-la às juntas de freguesia e aos seus presidentes cujos meios são sempre escassos para todas as tarefas que têm que levar a cabo.

1.3 - Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2018.

Para aprovação nos termos dos artigos 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – Esta proposta é a manutenção da situação que vigora no concelho nos últimos anos. Estamos a propor a manutenção das taxas de imposto, os minorantes, os majorantes e as áreas de aplicação rigorosamente iguais ao ano passado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Este assunto mereceu a nossa reflexão no mandato anterior e, mais cedo ou mais tarde, terá que ser clarificado a todos os municípios a nível nacional. Saudamos o facto de não haver alterações às taxas de IMI mas há um elefante sentado no meio da sala. Angra do Heroísmo, Évora, Porto, Sintra e Guimarães têm centros históricos classificados e houve um tribunal que decretou o não pagamento de IMI nos centros históricos. A secretaria de Estado competente ainda não tomou uma decisão e isto não foi clarificado em termos de Orçamento de Estado. Não podemos votar favoravelmente numa assembleia municipal a cobrança de um IMI que já colide com decisões de tribunais e o poder judicial é independente do poder político.

Senhor presidente, esta é uma daquelas situações em que a Câmara não pode assistir passivamente. Sabemos que a receita lhe dá jeito mas o senhor deverá sentar-se à mesa com as outras câmaras que dispõem de centros históricos e, junto do Governo da República que é do Partido Socialista, encontrar alternativas de maneira que a lei e a decisão do tribunal se cumpram para que os munícipes detentores de imóveis nos centros históricos não sejam prejudicados. O Estado que tutela as autarquias não está a cumprir a lei, é necessária mais ação e menos expectativa e o PSD vai abster-se nesta proposta porque não podemos dar o voto favorável a isto.

Sr. presidente da Câmara – Quero mais uma vez manifestar a minha discordância em relação a essa interpretação. O senhor diretor geral da Autoridade Tributária esteve cá e houve uma reunião em que participaram também praticamente todos os presidentes de câmara com estas circunstâncias. O esclarecimento dado foi uma discordância em relação a esse tribunal que é de primeira instância, o Estado é que se encarrega do recurso, que não diz respeito a nenhuma das autarquias em particular, e terá que ser resolvido pelas entidades competentes. Foi o Estado que fez a lei e trata-se da interpretação de uma norma que está em oposição a outra.

Uma coisa é certa: a partir do dia em que não se pagar IMI no centro histórico, vamos ter que o aumentar noutros locais para financiar a cidade. Onde está a justiça disso? Porque é que na cidade não se há de pagar IMI? Se eu for detentor de uma casa dentro do centro histórico, usufruir de um conjunto de apoios muito razoáveis e não pagar IMI, o meu vizinho que tem uma casa ali mais acima vai ter pagar mais imposto porque alguém terá que pagar o financiamento da cidade. Onde está a justiça relativa dessa norma?

Se o Estado entender transferir para as autarquias a verba correspondente, a questão terá que ser sindicada noutro lugar e não podemos criar uma injustiça tão flagrante cá dentro; isso não pode acontecer. A questão terá que ser resolvida na Assembleia da República onde se aprova o Orçamento de Estado e as normas fiscais que estão neste momento em contradição e a nós, cabe-nos ser justos. Quem mora em S. Sebastião, na Terra Chã, nos Altares ou noutro sítio qualquer tem os mesmos direitos de quem mora na rua da Sé e não vamos prejudicar todos em favor de alguns.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente, não vale a pena de novo exaltar-se nem mudar o tom neste debate e muito menos fazer um exercício de demagogia comparando o que não é comparável. Eu sugeri que fossem encontrados mecanismos alternativos de compensação das autarquias detentoras de centros históricos classificados para colmatar a respetiva quebra de receita.

Não é sequer politicamente sério comparar as obrigações a que estão sujeitos os proprietários no centro histórico e as suas responsabilidades em termos de arquitetura, técnicas de construção ou materiais a utilizar desde a simples janela de alumínio ou outra coisa qualquer, com as pessoas que moram fora dos centros históricos. Por vezes, os moradores dos centros históricos têm sobre si um conjunto de regras e imposições extraordinariamente onerosas. Se queremos trazer gente nova de volta para as cidades...

Sr. presidente da Câmara – A cidade está cheia de gente, graças a Deus.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Eu estive a ouvi-lo e permita-me que discorde. Tenha paciência. Queremos trazer para os centros históricos, gente nova, dinamismo e reconstrução e desejamos manter o património mundial que até tem sido insuficientemente aproveitado como divulgação da nossa cidade e do nosso turismo. Se queremos manter o que nos valoriza, isso tem um custo para o município e para os munícipes e não podemos ao mesmo tempo dizer que temos que tratar em igualdade de circunstâncias os meninos da cidade e os meninos do campo como se isto fosse uma guerra proletária entre ricos e pobres. Não é assim! Este é um assunto que nos separa e, se dúvidas houvesse quanto ao sentido de voto, muito obrigado porque agora ficaram mais esclarecidas.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves - Ao longo do mandato anterior com um vereador na Câmara teve a oportunidade de propor reduções em dez pontos do concelho. Toda a discriminação tem o seu reverso e cada vez que é reduzido o valor de um determinado imposto cria-se também algum tipo de diferenciação e injustiça. Tenho a dizer que concordamos com as decisões aqui tomadas e com uma discriminação negativa a todas as freguesias como as que estão aqui previstas, Altares, Raminho, Doze Ribeiras e Santa Bárbara, por não beneficiarem de uma redução de 30%.

Concordamos com o incentivo a determinados casais jovens para que possam usufruir de algum benefício e que outros saiam prejudicados devido à idade mas ninguém tem culpa disso porque a idade é um sinal do avançar dos tempos. São opções que assumimos e com as quais concordamos. Apoiaremos a isenção das habitações do centro histórico porque os seus proprietários têm-se queixado das limitações e da falta de benefícios mesmo em termos de desenvolvimento turístico da cidade. Passaram 25 anos até que tivéssemos um monumento alusivo a essa elevação a património mundial e sem que se falasse dessa classificação, à exceção de uma ou outra referência num qualquer cartaz turístico.

O próprio plano de promoção turística da região não previa na ilha Terceira a aplicação da mais-valia da classificação de património mundial do centro histórico que não tem sido devidamente explorada. Isso não significa que recusemos algumas facilidades àqueles que têm sentido maiores dificuldades devido às restrições que lhe vão sendo impostas com obrigações e dificuldades acrescidas por viverem na zona classificada. Votaremos a favor esta proposta tal como é apresentada porque já o fizemos noutras ocasiões e por concordarmos com as opções discriminatórias aqui tomadas, ressalvando que, no caso de uma mudança no atual quadro legislativo, a nossa opinião poderá sofrer alguma evolução no sentido de favorecer a instalação e a manutenção da função habitacional no centro da cidade.

Sra. d. m. Elsa Costa – Senhor presidente, existe de facto uma diferenciação nos habitantes do centro da cidade. Dou-lhe o exemplo das térmitas...

Sr. presidente da Câmara – Também as há fora da cidade.

Sra. d. m. Elsa Costa – Há, mas o flagelo é maior aqui. Há uma diferenciação quando tenho uma casa e não consigo suportar os custos sozinha ou quando pretendo substituir as janelas e não o posso fazer porque sou obrigada a seguir a traça. Há muitas pessoas nestas situações que merecem ser protegidas e o senhor tem que tomar conta delas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Podemos realçar que nesta proposta a taxa de IMI não é aumentada e aquela que é aplicada em Angra situa-se no limite inferior que a lei prevê. O grupo municipal do Partido Socialista vai votar a favor esta proposta porque temos em consideração que isto incentiva as pessoas a fixarem-se no centro de Angra e beneficia quem vive longe da cidade.

Terminadas as intervenções e após votação, a Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 31 votos a favor (23 do PS, 6 do PSD e 2 do CDS-PP) e 7 abstenções do PSD.

1.4 - Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo acompanhados do Mapa de Pessoal para 2018, proposta de autorização para assunção de compromissos relativos aos procedimentos concursais a iniciar em 2018 e proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos de carácter plurianual, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- Despesas de investimento: 2 688 833,00 € (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e três euros).

Orçamento:

- Receitas correntes: 6 037 380,00 € (seis milhões, trinta e sete mil, trezentos e oitenta euros).
- Receitas de capital: 1 650 950,00 € (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta euros).

- Total geral das receitas: 7 688 330,00 € (sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e trinta euros).
- Despesas correntes: 4 919 497,00 € (quatro milhões, novecentos e dezanove mil, quatrocentos e noventa e sete euros).
- Despesas de capital: 2 768 833,00 € (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e três euros).
- Total geral das despesas: 7 688 330,00 € (sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e trinta euros).

Para aprovação, nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Aqui se apresenta o orçamento previsto para os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo em que um dos grandes investimentos será a remodelação do sistema de drenagem de águas residuais da cidade já aqui explicado pelo senhor presidente da Câmara. A obra está consignada com um valor de cerca de 1,3 milhões de euros com um prazo de 12 meses para a sua execução.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Há uma dúvida que nos assola relativamente ao abastecimento e distribuição de água no concelho de Angra. Era responsável o então vereador e depois presidente da Câmara, Francisco Cota Rodrigues quando foram projetados e executados diversos furos de abastecimento no concelho e respetivas instalações de bombagem. Na altura foi-nos garantido que este trabalho visava colmatar uma insuficiência no abastecimento e permitiria resolver o problema da falta de água no concelho sem custos acrescidos devido à localização desses furos e à forma como foram projetados.

Por informação do senhor presidente da Câmara ficámos a saber que este verão, que foi mais seco e ótimo para o nosso turismo e para as nossas férias, houve custos acrescidos de bombagem e distribuição. Justiça seja feita, tem havido por parte deste executivo, uma preocupação na construção de tanques e reservatórios, por isso lhe pergunto se esses furos se encontram a funcionar e quais as razões desses custos acrescidos que, supostamente, não viriam a acontecer.

O problema das redes e distribuição de águas será transversal a todos os executivos camarários e respetivas chefias dos Serviços Municipalizados. Gostaríamos de saber o que foi bem ou mal feito no passado, o que está a condicionar ou a favorecer o trabalho atual e o que se prevê em termos de documentos previsionais dos Serviços Municipalizados.

Em termos de resíduos, gostaríamos também de saber o que ainda permanece nos SMAH e o que já transitou para a TERAMB, porque parece existirem ainda algumas zonas de sobreposição.

Sr. presidente da Câmara – Começo por dizer que o trabalho feito nessa altura a respeito da água foi extraordinariamente bom, caso contrário, este ano teria sido um inferno nesta terra. Pela primeira vez, graças a esses furos, foi possível enviar água desde os Cinco Picos até à Serreta. Diria mesmo que esse trabalho extraordinário salvou o ano porque, sem esses furos de excelente qualidade localizados nos melhores locais possíveis, teríamos tido mais um ano de cortes de água.

Independentemente da localização de qualquer furo, a elevação de água tem sempre um custo porque é preciso ir buscá-la em profundidade e trazê-la para a superfície e isso custa dinheiro. Quando conseguimos transportar água das nascentes por gravidade não temos custos energéticos e o custo da água é mais reduzido mas todos os furos têm uma bomba associada que, cada vez que funciona, implica um consumo de energia.

O trabalho feito nessa altura foi extraordinariamente bem feito. Este ano tivemos o Cabrito praticamente seco chegando aos três litros por segundo quando, normalmente, se aproxima dos mil. Tirando um caso pontual de falta de água na Serreta para o abastecimento à agricultura em que foi preciso transportar água a partir dos Altares durante alguns dias, este ano não tivemos qualquer crise de água. Esta foi a única situação apesar da gravidade da seca que atravessámos este ano e o que devemos é louvar o excelente trabalho feito pela Câmara nessa altura.

Quanto aos resíduos, neste momento tudo o que é chamado de «tratamento em alta» está por conta da TERAMB e as duas câmaras da ilha estão a gerir apenas em baixa. No caso de Angra, uma parte importante dos recicláveis, cartões, plásticos, etc., dos grandes produtores e também na zona urbana, é já recolhida pela empresa que depois tem um contrato com a TERAMB, enquanto a recolha dos pequenos produtores é feita pela Câmara.

Tudo isto tem que ser feito de forma simétrica entre os dois concelhos. Uma das matérias que agora está a ser negociada é a forma como podemos compatibilizar as duas redes e criar uma situação mais eficiente de recolha de resíduos. Estamos bastante bem e esta não é neste momento uma área de preocupação.

Sra. d. m. Brites Cunha – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. A minha primeira questão tem a ver com o capítulo IV, Plano Plurianual de Investimentos, porque não me é possível aferir onde se localizará esta conduta elevatória para abastecimento à lavoura na zona da Caldeira Guilherme Moniz.

Em segundo lugar, e no que respeita ao tratamento de resíduos, gostaria de perceber melhor as competências da TERAMB e dos Serviços Municipalizados e de que forma se pretende implementar o recurso ao PAYT (Pay As You Throw).

Uma terceira questão tem a ver com o pedido de aprovação prévia genérica sendo que a legislação apenas fala em «aprovação prévia». Não me parece que estejam reunidos os requisitos legais para que se possa passar um cheque em branco a tudo o que não esteja devidamente previsto nesta fase.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de recuperar uma conduta existente na Caldeira Guilherme Moniz que lá foi montada para trazer água de um furo da geotermia para o Cabrito. Pretende-se agora transformá-la em estação elevatória com a inversão do sentido da circulação da água, transportando-a do Cabrito até um tanque que será construído na zona desse furo para melhorar o abastecimento àquela zona da ilha.

Nas instalações dos Serviços Municipalizados, numa situação relativamente incómoda, tivemos que colocar um posto de abastecimento de água à lavoura. Acontece que a água não pode ser cobrada nem gerida e fica aberta a entrada nas instalações da água para consumo humano, o que também não é aconselhável. Pretende-se assim acabar com essa situação através do aproveitamento de uma conduta construída em 2008 que lá está enterrada, pondo-a a funcionar ao contrário. É essa a conduta elevatória da Caldeira Guilherme Moniz.

O sistema PAYT está a ser aplicado com sucesso aos grandes produtores. Quanto à separação de competências entre as duas partes, uns fazem a gestão dos resíduos após a recolha, neste caso a TERAMB, enquanto a Praia Ambiente e os Serviços Municipalizados de Angra fazem a recolha e vão entregar. A fronteira de competências é a entrada do aterro. É criada com as entidades retomadoras uma estrutura conhecida como SMOUT, um sistema intermunicipal de resíduos neste momento entregue à TERAMB, que tem estabelecidos os contratos com os retomadores, ou seja, com as entidades que depois pegam nos plásticos, nas latas e nos vidros e lhes dão outros destinos.

A fronteira está entre aquilo que, na gíria ambiental, se chama «entre a alta e a baixa». A recolha do lixo pelas portas está por conta dos dois municípios e o tratamento e o destino final,

seja para exportação, transformação em energia ou para aterro, é da responsabilidade da TERAMB.

Sr. d. m. Luís Brasil – Tenho uma questão para a senhora vereadora Raquel, pela minha estranheza em relação ao valor aqui designado para este investimento. Está tudo correto o que o senhor presidente da Câmara referiu acerca das obras feitas no mandato do ex-presidente Cota Rodrigues mas houve um momento na vigência da vereação anterior, penso que do senhor Luís Mendes, em que a Câmara de Angra negligenciou gravemente o problema das águas e as alterações climáticas durante esse mandato entre 2004 e 2009, salvo erro. A situação foi tão negligenciada que apareceram em vários órgãos de comunicação social fotografias de equipamentos enferrujados e podres e tanques de água partidos, uma história socialista e de mais ninguém.

Era eu vereador entre 2009 e 2013 com o apoio do PSD quando se percebeu que a situação tinha descido a níveis muito desagradáveis e era preciso investir no melhoramento de todo o circuito de água com a abertura de novos furos e a aquisição de novos equipamentos. Foi feito um investimento bastante avultado mas também foi dito na altura que não seria necessário fazer grandes investimentos nos próximos 20 a 30 anos. Como estamos em 2017, peço à senhora vereadora Raquel Ferreira que nos explique todo este valor que referiu, tendo em conta o que foi investido anteriormente.

Sr. presidente da Mesa – Faça favor de responder, senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. Luís Brasil – Eu coloquei a questão à senhora vereadora Raquel.

Sr. presidente da Câmara – Cabe-me decidir quem fala em nome da Câmara.

Sr. d. m. Luís Brasil – Só o senhor é que sabe responder a isso?

Sr. presidente da Câmara – Eu é que decidi responder. Essa prerrogativa é minha e utilizo-a. Os investimentos que estamos neste momento a efetuar em águas são complementares e aquilo que se fez ao longo dos últimos quatro anos foi a criação de uma interligação entre sistemas de forma a permitir a distribuição de água de um lado para o outro. Quando faltar água na zona oeste podemos ir busca-la à zona leste e vice-versa. Os furos foram bem feitos, estão em excelente estado e, se nada de anormal acontecer, diria que temos mais 50 anos pela frente sem a necessidade de investir aí. Decerto que a seu tempo terão que ser repostas as bombas porque lá terão o seu desgaste mas os furos estão em pleno funcionamento com prazos de duração dessa natureza.

Um furo, se for bem explorado, tem um prazo de duração ilimitado, as bombas estão praticamente novas e apenas utilizamos a maior parte destes furos em situações de estiagem mais prolongada como aconteceu este ano. No ano anterior praticamente não utilizámos as bombas e no outro ano tiveram pouca utilização. O número de horas de funcionamento é relativamente modesto o que significa que temos um equipamento para durar.

Neste momento o maior investimento que está a ser feito nessa zona tem a ver ali com a Canada da Roseira na Ribeirinha que visa reforçar o abastecimento de água à Feteira e ao Porto Judeu que será usado apenas numa situação de estiagem calamitosa para garantir que não falte água nessas duas freguesias. Fez-se ainda um investimento na Terra Chã num sistema que este ano valeu ouro porque conseguimos passar água desde os Cinco Picos até à Serreta, caso contrário teríamos cortado a água nas freguesias daquele lado da ilha.

Há a necessidade de fazer mais um investimento desta natureza ali na zona da Fonte da Telha com vista à redução de custos energéticos para aproveitar melhor a gravidade e dessa forma enviar a água até ao reservatório da Terra Chã. Com isso dispensamos mais um grupo bomba porque conseguimos por gravidade transportar água do Cabrito até à Fonte da Telha e daí até ao

reservatório da Terra Chã, o que quer dizer que só precisaremos das bombas no troço da Terra Chã até à Serreta com duas estações elevatórias.

Sra. d. m. Catarina Matias – O seu trabalho foi muito bom em relação às águas mas faltou água ao público, senhor presidente. Não há aí uma veracidade. Eu sou a sua telegestão porque a sua, com as suas bolinhas tão engraçadas em que apita uma luz vermelha, não comunica com os Serviços. Se não faltou água na Serreta foi porque eu fui-o avisando que em S. Bartolomeu já não existia água.

Sr. presidente da Câmara – Isto é verdade, é importante o que foi dito e tem a ver com um dos investimentos previstos. Tivemos sempre água disponível mas há um problema num sistema chamado telegestão que é suposto avisar quando os reservatórios estão vazios. Um dos investimentos que temos que fazer é justamente num sistema de telegestão porque o atual é muito primitivo, está obsoleto e a funcionar mal. De vez em quando temos esse problema mesmo em dias de abundância de água. Se houver qualquer anomalia num reservatório, o sistema não age com a rapidez necessária, muitas vezes são os moradores nas zonas mais altas ao pé do reservatório que dão por isso e alguém tem que ir lá resolver o problema quando isso poderia ser feito eletronicamente a partir de um posto de controlo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Destacamos como aspeto positivo, o facto de os Serviços Municipalizados terem mantido o tarifário atendendo à situação económica dos últimos tempos, algo que nos parece saudável e racionador de despesas.

O Plano Intermunicipal de Ação de Gestão de Resíduos Urbanos da Ilha Terceira da TERAMB que vamos discutir mais adiante refere que o sistema PAYT é para alargar por fases aos centros urbanos e estender posteriormente a todo o concelho. A tarifa a aplicar está também plasmada na página 96 como «doméstico coletivo», «doméstico individual», «não doméstico», etc., com tarifas para o sistema PAYT. Pergunto como isso irá funcionar para um utilizador doméstico. Haverá uma balança à porta de casa de cada um ou os sacos de lixos passarão a ser assinados?

Esta questão já se verificou há uns anos quando se aprovou um regulamento municipal e a Câmara colocou uns cinzeiros altos e estreitos onde mal cabia uma lata de coca-cola, só levava beatas de cigarro em cima e ao mesmo tempo agravou as multas. Na altura a Câmara argumentou que, quem tivesse lixo para depositar, fosse pedir a um estabelecimento comercial. Ora, se os estabelecimentos estão a pagar pelo PAYT não querem recolher o lixo de transeuntes que não sejam clientes.

Nesse mesmo regulamento era aplicada uma multa a quem tivesse o seu lixo espalhado na rua pelos cães vadios e não compete aos particulares a recolha desses animais porque não são eles que têm um canil municipal. Para verificar o chip é necessário apanhar o cão em flagrante delito ou fazer uma radiografia ao estômago do animal para se saber se roeu o meu lixo ou do meu vizinho. Se eu não tiver cão e o meu lixo aparecer espalhado, não tenho culpa que o meu saco tenha sido rasgado por um animal vadio.

Quando isto for implementado não sabemos qual será o mecanismo de controlo na fase do centro urbano que está previsto no plano intermunicipal de gestão de resíduos da ilha Terceira da TERAMB que, pelos vistos, não tem consequência e aplicação no Plano e Orçamento e nas GOP's dos Serviços Municipalizados, o que não deixa de ser um pouco confuso e ambíguo. É criada uma falsa expectativa em relação à sua aplicação visto que é referida num documento e não no outro e em teoria estão ambos interligados. Gostaria de saber qual dos documentos está mais correto no que respeita aos prazos e faseamentos para sabermos o que se vai passar aqui.

Um outro ponto tem a ver com uma questão que não merece a nossa concordância. O senhor presidente não abordou o assunto mas há aqui a possibilidade de se contribuir para uma autorização genérica de despesas plurianuais e a lei dos compromissos foi criada precisamente para evitar este tipo de autorizações genéricas que levaram a dívidas enormes de muitos

municípios. Apesar de não ter sido o caso do município de Angra nos últimos anos, por uma questão de princípio, não podemos concordar com essa aprovação genérica de compromissos plurianuais, sobretudo no caso do que aqui é proposto para os Serviços Municipalizados que nem estão limitados em 99 mil e tal euros que era o limite da atribuição através de competências delegadas ao presidente da Câmara.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – O tarifário vai-se manter como tem acontecido desde 2011 e pelas razões que o senhor deputado referiu. Pretende-se alargar o sistema PAYT aos grandes produtores de resíduos, ou seja, aos estabelecimentos e outras unidades de maior dimensão fora do centro urbano.

*Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, os **Documentos Previsionais dos SMAH constantes do Ponto 1.4 foram aprovados por maioria com 30 votos a favor (24 do PS e 6 do PSD), 7 abstenções do PSD e 2 votos contra do CDS-PP.***

1.5 - Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2018 apresentando os seguintes valores:

Grandes Opções do Plano:

- Despesa: 8 735 020 € (oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil e vinte euros).

Orçamento:

- Receitas correntes: 14 715 435,00 € (catorze milhões, setecentos e quinze mil, quatrocentos e trinta e cinco euros).
- Receitas de capital: 4 679 093,00 € (quatro milhões, seiscentos e setenta e nove mil e noventa e três euros).
- Total geral das receitas: 19 394 528,00 € (dezanove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e oito euros).
- Despesas correntes: 11 664 563,00 € (onze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três euros).
- Despesas de capital: 7 729 965,00 € (sete milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta e cinco euros).
- Total geral das despesas: 19 394 528,00 € (dezanove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e oito euros).

O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2018, o plano de formação para 2018 e a proposta de venda parcial do parque habitacional, bem como as normas sobre a execução orçamental.

Para aprovação nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – O orçamento da Câmara para o próximo ano mantém as mesmas linhas orientadoras do ponto de vista da receita e também em boa parte no que diz respeito à despesa. Como não haverá alteração nas taxas de IMI teremos um ano praticamente com as mesmas receitas que tivemos em 2017. A única diferença, aquela que aparece aumentando o volume da despesa, tem a ver com fundos comunitários. Como está neste momento em curso um conjunto de obras mais alargado, prevê-se aqui um maior consumo de fundos comunitários, o que apresenta como consequência um aumento aparente do orçamento visto que mantemos o mesmo nível do ponto de vista das receitas municipais.

No que respeita ao quadro de pessoal, não houve nenhum trabalhador que se aposentasse ou que saísse. Vamos terminar o ano com o mesmo número de trabalhadores e não temos grandes variações do ponto de vista da despesa nesse agregado a não ser a transferência de um grupo de

trabalhadores dos Serviços Municipalizados para a Câmara com impacto zero no global do Grupo Municipal porque a despesa transita de um lado para o outro e não altera as contas do município.

Existe a expectativa de descongelamentos e alterações de carreira determinados pela Assembleia da República o que terá necessariamente um impacto sobre as contas do município mas desconhecemos para já as normas a ser adotadas, razão pela qual se colocou cerca de meio milhão de euros de reserva para acomodar eventuais alterações. Vindo a revelar-se de pequena magnitude e caso não seja necessário, esse dinheiro será utilizado para outros objetivos. Temos um orçamento com pessoal praticamente igual ao do ano passado sem alterações de fundo, salvaguardando apenas a expectativa de que algo possa acontecer nesse ponto de vista.

Vamos manter o mesmo regime de contenção nas outras despesas correntes sem previsões de aumentos com a possibilidade de redução em algumas áreas incluindo a energia, visto que a substituição de alguns equipamentos nas piscinas municipais e no parque desportivo municipal levarão a uma redução bastante sensível do consumo de energia. A Câmara deixou de utilizar gás nas piscinas e isso traduz-se em algum benefício mas sem uma diferença significativa.

Para além dos trabalhos correntes de vias onde se manterá o mesmo nível de investimento de anos anteriores, temos uma grande obra que entra neste ano com elevado consumo, o Centro Interpretativo na rua do Marquês, que terá a principal despesa em 2018. Essa obra continua sem candidatura aprovada, está a ser feita integralmente com fundos próprios do município e estamos a ver se a conseguimos integrar em algumas das linhas de financiamento.

Outra obra que também terá este ano um consumo muito elevado e explica o aumento do investimento é a proteção costeira da zona do Fanal que apresentará no próximo ano um consumo na casa de 1,6 milhões de euros. Estas duas obras explicam o aumento do investimento; quanto ao resto, mantém-se num nível semelhante ao dos anos anteriores.

O município de Angra está a atingir uma situação ímpar mantendo o atual plano de pagamentos do *stock* de dívida existente. Neste momento estamos com uma dívida da responsabilidade exclusiva do município a rondar os 5,7 milhões de euros e chegaremos ao final do ano que vem com cerca 4,6 milhões, significando que, para um município da nossa dimensão, chegaremos ao fim do ano praticamente sem dívida.

Há uma outra dívida denominada de «dívida excecionada» associada à construção dos bairros sociais situada na casa dos 7 milhões de euros mas é integralmente suportada pelo IHRU e pelo Governo Regional. O município é o contratante junto do banco mas todos os pagamentos são feitos com transferência, ou seja, recebemos com uma mão e pagamos com a outra e não há qualquer efeito sobre as contas municipais.

Esta situação excelente do ponto de vista da dívida municipal permite-nos recorrer sem restrição ao IFRRU e assim podemos apoiar a Santa Casa da Misericórdia da forma que já aqui foi explicada. Vamos poder proceder à reconstrução da igreja de Santo António dos Capuchos e apoiar a Fanfarras Operária com recurso a esses fundos e eventualmente alargar a sua utilização a outras obras dessa natureza como a igreja do Castelo de que falei há pouco que também poderá ser financiada por aí. Podemos fazê-lo porque a nossa capacidade de endividamento situa-se na casa dos vinte e poucos milhões de euros.

Os senhores membros da Assembleia devem ficar conscientes que o IFRRU não é dinheiro de graça. Trata-se de um empréstimo excecionado com dinheiro do Banco Europeu de Investimentos, não conta para os limites da dívida municipal e tem juros extremamente baixos mas a verdade é que teremos que pagar essa quantia nos próximos 20 anos. Não estamos a fazer nenhuma destas obras de graça mas sim a onerar o futuro do município em níveis perfeitamente aceitáveis. Se assim o quiséssemos, poderíamos pagar toda a sua dívida num ano ou dois porque temos capacidade para o fazer, bastaria não fazer outras obras. O IFRRU é dinheiro

muito barato concedido numa situação extraordinariamente benéfica mas cria uma oneração para o município.

Gostaria também de lembrar os senhores membros da Assembleia que estamos perante o orçamento inicial. Por estarmos a duas semanas do fim do ano, temos quase a certeza de termos um reforço na nossa capacidade de investimento em cerca de 2 milhões de euros quando for aprovada a conta do ano passado através da transição de saldo que é feita todos os anos. Neste momento o saldo é substancialmente positivo e vai permitir aumentar a capacidade de investimento. Lembro que a situação dos bombeiros dos Altares e a igreja do Castelo são duas matérias prioritárias para análise desse documento a par de outras que, entretanto irão surgindo.

Estamos perante um orçamento equilibrado de continuação que não nos causa quaisquer tipo de preocupações do ponto de vista financeiro e de exequibilidade já que as grandes obras estão em execução.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor presidente usou uma frase muito clara. Acontece que este orçamento é praticamente igual ao do ano passado em que o grupo municipal do PSD votou contra com base num conjunto de divergências de orientação política que é também plasmada no orçamento e com a escolha de prioridades. Ao mesmo tempo era vigente que, no mandato anterior, o senhor presidente da Câmara não cumpriu um conjunto de compromissos do seu programa eleitoral. Certamente irá cumpri-los, até porque alguns estão já lançados e em andamento mas esteve a concluir investimentos e obras que vinham de trás e os propósitos a que se candidatou durante quatro anos também ficaram aquém da aposta inicial.

Porque a política também é feita por pessoas e por compromissos pessoais, temos um sinal muito claro por parte do PSD e dos seus vereadores de disponibilidade total para negociação com o atual executivo camarário das prioridades do concelho e a construção de consensos. Contudo, esses compromissos que o senhor presidente da Câmara também assumiu ainda não estão plasmados nem vertidos em qualquer documento. Registamos a sua disponibilidade para fazer uma reavaliação no momento em que se analisar o saldo de gestão da Câmara mas o debate do orçamento é hoje e há rubricas que não estão abertas e outras que se arrastam.

Quero dizer com tudo isto que o sinal dado pelos vereadores do PSD ao votarem favoravelmente o orçamento da Câmara foi um sinal único na história da democracia neste concelho, o que faz com que o senhor presidente da Câmara e os seus vereadores com funções executivas estejam neste momento com uma responsabilidade e obrigação ímpares de cumprirem e fazerem cumprir o seu programa eleitoral que foi o mais votado pelas populações e honrar os compromissos assumidos com a vereação do PSD. Não fosse assim, não haveria qualquer razão para que o grupo municipal do PSD alterasse as considerações que fez há um ano porque, de facto, as coisas não mudaram como disse o senhor presidente da Câmara. Como disse eu na primeira intervenção nesta assembleia, a disponibilidade do PSD sempre foi e continuará a ser - agora reforçadíssima - por um compromisso pessoal assumido pelo senhor presidente da Câmara e pelos vereadores do PSD.

Há aqui condições para que as coisas mudem mas também não lhe daremos cheques em branco. Vamos aguardar serenamente o que se vai passar com o saldo de gerência - que o senhor presidente já sabe qual vai ser - e não vai ser preciso que a Assembleia Municipal espere até junho para que tenhamos mais algumas palavras suas hoje gravadas e plasmadas em ata referentes a esses compromissos importantes sendo que, alguns só não foram cumpridos e executados mais cedo talvez por manifesta falta de vontade de alguns executivos camarários.

Reiteramos a nossa disponibilidade para o compromisso, para o respeito pelos resultados eleitorais e para trabalhar em prol do concelho, mas tudo isto reforça a sua própria responsabilidade para com os destinos da vida do concelho.

Sr. presidente da Câmara – Há de facto um conjunto de entendimentos que todos nós, os sete que nos sentamos na Câmara, queremos levar a bom porto e é com enorme agrado que registo esta postura e esta capacidade de diálogo que se revelou neste período e se tem vindo também a demonstrar no período anterior. Como já o disse na última sessão da Assembleia do mandato anterior e visto que temos aqui novos membros, nunca é demais repetir que, felizmente, no mandato passado foi possível entre todos os vereadores que participaram nos trabalhos, criar um ambiente de diálogo e colaboração que muito se refletiu na boa governação autárquica.

Quero e estou convicto de que será possível aprofundar neste mandato todo esse trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos. Não creio que haja muitas coisas que nos separem, temos um conjunto de objetivos confluentes que constam dos programas eleitorais que cada um apresentou e são amplamente conhecidos porque foram distribuídos por todas as casas do concelho. Vamos trabalhar nesse diálogo e nessa vontade para atingirmos os objetivos de todos os que aqui estão.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Quando falamos de orçamentos e Grandes Opções do Plano, o nome diz tudo, e por vezes as opções não coincidem com as nossas ou com o nosso projeto. Não encontrei aqui nenhuma verba para alguma obra necessária no âmbito do encerramento da praça velha ao trânsito, nomeadamente a reposição de calçadas ou algo do género. Talvez conste noutra designação ou programa mas não a encontrei e gostaria de pedir esse esclarecimento à Câmara.

Há pouco, na altura da intervenção do senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia, eu não me lembrei de o referir mas sou o presidente do conselho fiscal daquela instituição e tenho objetivamente que fazer uma declaração de interesse que, se calhar, até fere a minha possibilidade de votar este Plano e Orçamento na medida em que há aqui uma obra de investimento de fundo que envolve aquela instituição e eu faço parte de um dos seus órgãos dirigentes. Deixo à consideração da Mesa a interpretação desta norma e talvez seja melhor ausentar-me da sala.

Sr. presidente da Mesa – O presidente da Assembleia confia na idoneidade do senhor deputado Nuno Melo Alves, por isso não há razão para se ausentar da sala.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, agradeço a confiança mas não quero embaraços legais, ainda mais quando há coisas raríssimas nas notícias e não vale a pena trazermos problemas obscuros para o nosso concelho. Concordo com esta opção que consta do plano mas tenho que deixar isto à consideração da Mesa, cuja decisão respeitarei objetivamente, seja ela qual for.

Sr. presidente da Câmara – Na obra de reperfilamento e arranjo das calçadas está incluída essa verba.

Sr. d. m. Luís Brasil – Quero reforçar o compromisso pessoal do senhor presidente da Câmara relativamente à proposta apresentada pelos vereadores do PSD no sentido da realização de obras e concessão de apoios sociais como o apoio à natalidade, numa perspetiva de se melhorar a vida dos munícipes e dotar algumas freguesias de equipamentos nomeadamente da área desportiva, com todas as vantagens ao nível da saúde e dos comportamentos sociais. Esperava sinceramente da sua parte uma atitude mais aberta e que essa proposta fosse aceite pela via formal.

A dita proposta foi muito bem elaborada, tem sustentabilidade contabilística e, no manuseamento das rubricas do orçamento, permitiria à Câmara poupar cerca de 29 mil euros no exercício contabilístico de 2018. Se não for pertinência minha, faço questão que fique claro na ata desta Assembleia que a proposta existiu e que o senhor presidente da Câmara e o elenco camarário têm conhecimento das vantagens que a mesma traria para o município.

Fazendo fé no que disse há pouco em relação à possível indexação de 2 milhões à conta de gerência por força da forte expectativa que demonstrou aqui relativamente aos acréscimos de receita, faz mais sentido ainda que se olhe para essa proposta dos vereadores do PSD que, como disse o colega Luís Rendeiro, pela primeira vez na história deste município, aprovaram um orçamento da Câmara, e se trabalhe em conjunto para desenvolver o nosso concelho.

Sra. d. m. Catarina Matias – O senhor presidente da Câmara referiu há pouco que a verba destinada aos bombeiros dos Altares situava-se entre os 200 e os 250 mil euros mas a rubrica encontra-se aberta apenas com 5 euros. Conseguir dizer-me para quando se prevê a adjudicação desta obra?

Sr. presidente da Câmara – Não sei para quando se prevê a adjudicação, porque a Câmara não é o dono da obra. É preciso não esquecer que há outros fundos oriundos da Proteção Civil e cabe à associação dos bombeiros a gestão da obra. Logo que saibamos quanto custou e o valor da comparticipação da Proteção Civil até ao valor que eu referi, faremos a respetiva dotação quando fizermos a transição de saldo.

Sra. d. m. Catarina Matias – Quando visitei os bombeiros dos Altares, foi-me dito claramente que a obra se encontrava adjudicada à empresa CARTOR.

Sr. presidente da Câmara – Está aqui uma pessoa ligada a essa instituição que saberá mais do que eu.

Sr. d. m. Francisco Trovão – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, restantes colegas. É uma situação que me diz diretamente respeito porque faço parte da referida associação. A obra está adjudicada à CARTOR, encontra-se numa fase de conclusão por parte da ARQUIANGRA que tem acompanhado o processo e estou convencido que avançará no decorrer do primeiro trimestre do próximo ano.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta que temos a confirmação de uma informação de que já dispúnhamos a respeito de uma obra já adjudicada e que, no momento em que discutimos o orçamento da Câmara para o ano de 2018, não existe inscrição de verba superior a 5 euros numa rubrica aberta, gostaríamos de algum esclarecimento sobre a forma como isto vai funcionar para que uma associação humanitária não fique com uma obra adjudicada sem financiamento definido.

Vamos ser muito claros. Tem havido uma prática deste executivo camarário que transita do mandato anterior em que, mais do que discutir, vai apresentando orçamentos da Câmara ao longo do tempo e, em vez de um documento previsional, vai fazendo orçamentos retificativos de modo a que não se repita o que aconteceu em anos anteriores em que as previsões das receitas nunca batiam com a realidade.

Sabemos que o atual Quadro Comunitário de Apoio já está em operacionalização, é natural que nestes quatro anos seja mais fácil a obtenção de financiamento comunitário por parte do executivo camarário, mas também tem que haver alguma previsibilidade e clareza de informação neste momento em que se discute o orçamento e as opções para o ano de 2018. O que aqui vemos é uma antecipação de decisões por parte dos beneficiários que não estão plasmadas nos documentos financeiros os quais temos que analisar com base no rigor e na seriedade.

Não pode haver informação nem compromissos extra orçamentais que vinculem as pessoas, sabe-se lá como, e em que os corpos sociais das instituições adjudicam obras sem previsão de financiamento enquanto estamos aqui a votar rubricas abertas. Esta falta de clareza na maneira de trabalhar deixa-nos num estado de desconforto bastante grande e gostaria que essas explicações nos fossem dadas.

Sr. presidente da Câmara – Não creio que haja qualquer razão para desconforto. Neste momento não há nenhum contrato assinado com os bombeiros. Oficialmente não sei qual o valor da adjudicação porque a informação que acabámos de receber é que há ainda qualquer coisa a ser feito. Provavelmente a situação estará ainda naquela fase de audição para se transformar numa decisão definitiva e falta ainda o compromisso por parte do Serviço Regional de Proteção Civil. Quando isso acontecer, e sem a necessidade de intervenção desta Assembleia, poderemos alocar as verbas necessárias para o respetivo reforço.

Quando se põe lá os 5 euros é para permitir que a Câmara possa reforçar aquela rubrica e isso será feito no exato valor do contrato que vier a ser assinado com os bombeiros quando for comunicada à Câmara a adjudicação da obra pelo valor X a uma determinada empresa e a comparticipação do restante valor por parte da Proteção Civil. Tudo isso será feito em reunião de Câmara a quem pertence essa competência. Eu, os membros da Câmara e creio que, também os bombeiros, desconhecemos o valor da adjudicação e a comparticipação da Proteção Civil.

Sr. d. m. Délio Borges – É da responsabilidade do executivo a apresentação do Plano e Orçamento da Câmara Municipal; já o temos e já o lemos mas gostaria de lembrar que nas democracias diretas é boa prática a introdução dos orçamentos participativos em que as câmaras municipais destinam um pequeno valor anual para obras de iniciativas votadas e propostas por cidadãos.

O orçamento participativo já foi implementado em Portugal, salvo erro por 150 municípios. Finalmente em boa hora, o manifesto eleitoral do PS apresenta-nos essa iniciativa mas coloca-se a questão se esse orçamento ficará para o último ano de mandato. Em boa verdade não é obrigatória uma verba para esse fim durante este ano de 2018 mas é importante a assunção do compromisso de se iniciar o processo para a implementação desse orçamento participativo, a definição das áreas reservadas à participação dos cidadãos, os respetivos valores e a constituição da equipa de seleção das propostas à candidatura final.

Gostaria que o senhor presidente nos informasse se existe um interesse legítimo desta câmara em avançar com este compromisso financeiro que faz parte do vosso manifesto eleitoral para que o orçamento participativo seja uma realidade em 2019 com as propostas que forem votadas em 2018.

Sr. presidente da Câmara – O orçamento participativo faz parte dos nossos compromissos assumidos perante o eleitorado e vamos proceder à sua operacionalização ao longo dos próximos anos. Para que este orçamento seja elaborado com a qualidade que pretendemos é necessário um trabalho prévio que ainda não está feito. O próximo orçamento será apresentado em outubro e não sei se o orçamento participativo estará pronto nessa altura mas será garantidamente operacionalizado nos próximos anos, um compromisso que queremos firmemente cumprir neste mandato.

Sra. d. m. Marília Vargas – À semelhança do que disse o senhor deputado Nuno Melo Alves, vou ausentar-me da sala durante a votação porque faço parte da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia e sou responsável pela área da saúde.

Sr. presidente da Mesa – Não é necessário ausentarem-se da sala, basta apenas não procederem à votação mas na altura tomaremos as devidas providências.

Sr. d. m. Délio Borges – Fiquei estupefacto com a resposta do senhor presidente da Câmara porque, pelos vistos, só teremos orçamento participativo em 2020. Vivemos uma democracia em que todos batemos no peito muito preocupados com a falta de participação dos cidadãos, com a abstenção e com o desfasamento da sociedade, os orçamentos participativos servem para dar voz aos cidadãos como forma de democracia direta mas estou a ver que existem muitas dificuldades em implementar esta boa prática. Parece que foi incluída no manifesto eleitoral do PS porque a Secretária de Estado da Administração Pública esteve neste salão e fez uma

apresentação do orçamento participativo para o país que é já implementado em Portugal há mais de dez anos e não podemos esperar por 2020.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Temos aqui uma questão que não é de pormenor. Como todos sabemos, a realização de despesas sem cabimento orçamental não é legal, temos aqui uma intenção plasmada numa rubrica aberta que não tem financiamento e estamos a discutir o orçamento para o ano 2018. Temos uma associação humanitária que adjudicou uma obra e está a assumir um compromisso mas não tem ainda a garantia do financiamento.

Não tenho dúvidas de que há uma garantia de financiamento senão ninguém se metia neste molho de brócolos, mas é importante que essas garantias constem dos documentos previsionais para que uma associação humanitária ou outra qualquer não fique com uma obra adjudicada sem o respetivo financiamento na eventualidade de algum imprevisto, porque estaríamos a cometer uma ilegalidade.

Senhor presidente da Câmara e senhor membro da associação humanitária Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, todos queremos que se façam obras o mais depressa possível nos bombeiros dos Altares, que são de extrema necessidade, e não se entenda o levantamento desta questão como um obstáculo à realização dessas obras. É preciso que as coisas sejam feitas com transparência e dentro do quadro da legalidade porque é também para isso que os partidos da oposição cá estão.

Senhor presidente da Câmara, esta história dos orçamentos rectificativos aos pulinhos cada vez que vimos à Assembleia Municipal, não pode continuar. É hoje que discutimos o orçamento para 2018 e se a Câmara vai ajudar a associação humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo na sua secção dos Altares a fazer as obras justas e merecidas, isso deveria constar aqui.

Sr. presidente da Câmara – Não tinha que constar aqui. O que está é um compromisso e antes da assinatura do contrato com o empreiteiro, será assinado um contrato entre a Câmara e a associação humanitária no valor que vier a ser apurado nessa altura. É isso que será cumprido.

Sr. presidente da Mesa – Vamos proceder à votação. Todavia, os senhores deputados Nuno Melo Alves e Marília Vargas, membros da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia, e Francisco Trovão na qualidade de membro da associação humanitária Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, serão dispensados da votação. Como raríssimas vezes acontece, o presidente da associação humanitária Bombeiros Voluntários não vai votar.

Posto à votação, o Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2018 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (20 do PS e 6 do PSD), 7 abstenções do PSD e 1 voto contra do CDS-PP.

Não exerceram o seu direito de voto por impedimento, os deputados municipais: Ricardo Barros, Marília Vargas (membros dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo), Francisco Trovão e Paulo Jorge Silva (membros dos órgãos diretivos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo).

Sra. d. m. Brites Cunha (numa declaração de voto de vencido) – No fundo, a nossa grande causa é por uma questão de princípio. Não concordamos com estas autorizações prévias genéricas, consideramos que esta questão levantada pela bancada do PSD ficou sobejamente mal explicada e não nos revemos neste orçamento.

Interrupção dos trabalhos para almoço, cujo reinício ocorreu às 14H35M.

1.6 - Quarta Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2017.

Para aprovação nos termos das alíneas a) e o) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Trata-se do reembolso referente à candidatura que os Serviços Municipalizados apresentaram ao Fundo Ambiental do Governo da República para a aquisição de seis viaturas elétricas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaríamos de obter mais alguma informação acerca dessas viaturas, designadamente a que tipo de trabalhos se destinam e de que forma foram adquiridas.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – São dois comerciais ligeiros de dois lugares, uma viatura de cinco lugares, uma outra destinada à monda térmica com vista à substituição da utilização do glifosato e outros herbicidas, uma para lavagem de ruas e uma outra destinada à recolha de resíduos na zona urbana.

Terminadas as intervenções e após votação, a Quarta Revisão ao Orçamento dos SMAH para 2017 constante do Ponto 1.6 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (21 do PS, 6 do PSD e 2 do CDS-PP) e 6 abstenções do PSD.

1.7 - Regulamento da StartUp Angra – Incubadora de Empresas de Base Local de Angra do Heroísmo.

Para aprovação nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este regulamento é necessário para o funcionamento da incubadora de empresas designada por StartUp Angra. Por ora ainda não foi preciso recorrer ao regulamento porque a incubadora ainda não esgotou a sua capacidade mas brevemente teremos a necessidade de recorrer a critérios de seleção em relação às futuras iniciativas e é necessário também aferir do preço a ser pago pela utilização do espaço. Este regulamento tem aqui alguma intenção antecipatória em relação ao arranque e coordenação com o TERINOV, o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira na Terra Chã.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – O artigo segundo do regulamento diz que os objetivos são: *«Promover o empreendedorismo a nível local através do estímulo da criação de empresas ou emprego próprio, apoio aos promotores de ideias de negócios desde a gestação, etc., organizar iniciativas de identificação e atração de projetos ou empresas que possam vir a beneficiar do apoio e disponibilizar às novas empresas, infraestruturas físicas.»*

É referido que os candidatos que se podem apresentar à incubação na StartUp incluem associações sem fins lucrativos que são precisamente o oposto de empresas ou iniciativas com dinâmica empresarial e capacidade de gerar lucro e postos de trabalho. Estão desadequadas na StartUp uma vez que são vários os edifícios de antigas escolas que ao longo do mandato anterior foram cedidos através de contratos com as juntas de freguesia e estão a ser utilizados por diversas associações sem fins lucrativos, associações desportivas, etc. Para privilegiar o empreendedorismo a incubadora deve destinar-se a empresas e iniciativas geradoras de lucro o que, a nosso ver, não é compaginável com esta alínea b) do artigo 7º.

Sr. presidente da Câmara – O objetivo é permitir que as iniciativas de empreendedorismo social possam aderir também à incubadora. O empreendedorismo social está aberto a entidades dessa natureza que terão que entrar numa lógica empresarial e eventualmente alguma quererá fazê-lo ali. Não se trata de ceder espaço a nenhuma instituição tipo IPSS ou outra coisa que tal, mas sim permitir que desenvolvam o empreendedorismo social. No nosso concelho temos a

CARITAS com um interessante projeto nessa área, mas haverá outras. Ali as iniciativas serão estritamente empresariais embora o seu titular possa ser uma instituição dessa categoria.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Expresso uma preocupação que pude já partilhar com os diversos partidos em conferência de líderes. Tem a ver com uma sobreposição de competências e funções entre a StartUp e o TERINOV, por isso gostaria que o senhor presidente da Câmara nos desse mais algumas explicações acerca da forma como pretende evitar essa sobreposição de funções e o que vai acontecer com aquele local, com as instalações, de que forma será feita essa operacionalização e que objetivos a Câmara pretende atingir, sabendo-se que alguns daqueles projetos terão futuro e outros poderão não ter a mesma sorte porque as coisas são mesmo assim.

O PSD defende que os projetos de *transfer* económico mais geradores de emprego, dinamismo e economia se devem sobrepor aos mais assistencialistas porque já estamos relativamente bem equipados com projetos e equipamentos sociais.

Sr. presidente da Câmara – A resposta foi a que acabei de dar. O empreendedorismo social tem o seu lugar e também ele próprio pode e deve ser gerador de emprego. Aqui não se trata de projetos assistencialistas mas sim de permitir que, entidades de outra natureza, possam também elas ser parte de projetos com cariz económico.

Quanto à outra questão, que também preocupa a Câmara, deve ser encontrada uma forma adequada de coordenação e não de sobreposição entre os objetivos da StartUp e do TERINOV cujo objetivo vai muito além da incubadora de empresas e envolve uma área com necessidades laboratoriais ou industriais que não têm cabimento naquele edifício apesar de um conjunto de iniciativas que poderão caber num e no outro. Como ambas as entidades têm sócios comuns, o objetivo é coordenar e ir fazendo as transferências de iniciativas com maior dimensão para a Terra Chã, deixando ali pelo menos durante mais alguns anos provavelmente até ao final deste mandato, uma incubadora a funcionar voltada para as coisas mais ligeiras e para as ideias de negócios sem particulares necessidades do ponto de vista das instalações. O sucesso do TERINOV e a maneira com ele arrancar ditará depois a médio prazo o destino da incubadora aqui porque não faz sentido manter duas estruturas a fazerem a mesma coisa.

Quanto a destinos para o edifício, ele está incluído no meio de um grande complexo municipal já que fica ali paredes meias com o Centro Interpretativo e numa posição extremamente favorável para outros usos. Para os próximos anos não se antevê qualquer alteração já que a fase de arranque do TERINOV será, com certeza, longa.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – A possibilidade da inclusão das instituições particulares neste regulamento é absolutamente complementar a um conjunto de políticas, nomeadamente a defesa da ideia de que as IPSS têm que se autossustentar, inovar e arriscar. Por tradição, estas instituições têm um cariz mais protetor e de segurança. A criação de meios de autossustentabilidade é totalmente nova e cabe inequivocamente dentro daquilo que é uma StartUp onde existem técnicos que podem apoiar e aconselhar na viabilidade dos negócios, calcular os riscos e opinar sobre ideias já enraizadas nas próprias instituições.

É absolutamente positivo e vantajoso que uma StartUp possa apoiar as instituições do concelho, ou da ilha, na criação de novas empresas e postos de trabalho e abranger os públicos mais desfavorecidos que eventualmente tenham dificuldades de integração nos negócios.

Tendo em conta a StartUp em Angra e o apoio às empresas no concelho da Praia, e uma vez que existe na ilha uma política de gestão dos seus recursos, pergunto se estarão previstas algumas formas de articulação e troca de apoios através de ações de formação visto que alguns investidores vêm de fora. A interligação entre as Start Up's de Angra e Praia não seria uma forma de rentabilização de recursos?

Sr. presidente da Câmara – A economia da nossa ilha é fortemente integrada. Como não há destriça entre as economias de Angra e da Praia, estas iniciativas têm que funcionar em

coordenação e em conjunto porque o TERINOV é um parque tecnológico da ilha Terceira, servirá os dois concelhos e tem que se articular com as duas incubadoras assim como ambas se devem coordenar entre si como tem acontecido até agora.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Esta questão não é tão linear assim. Quando falamos de um projeto empreendedor, independentemente das vertentes da economia social e do papel das IPSS's na economia, a atividade económica poderá ou não ter um destino social. Há pouco tivemos aqui o provedor da Santa Casa que tem, pelo menos, duas instituições de direito privado, uma farmácia e um banco que são e agem como empresas. São entidades com fins lucrativos e claramente definidos, é esse tipo de atividades que precisamos neste momento para dinamizar a economia, por isso é que estamos de acordo com a criação desta StartUp, do TERINOV e de outras iniciativas no concelho.

A alínea b) tem precedência sobre a c) na hierarquia jurídica que aqui está. As associações sem fins lucrativos podem passar à frente a empresas já em atividade: *«Primeiro, pessoas individuais que pretendam desenvolver um negócio, depois associações sem fins lucrativos e só em terceiro lugar é que estão as empresas já em atividade desde que se encontrem em fase de arranque.»*

Quando muito, a alínea b) trocaria com a alínea c) e poder-se-ia acrescentar aqui uma vírgula ou um ponto e vírgula dizendo que estariam excluídos destas as associações sem fins lucrativos e IPSS's, já que têm um regime próprio e um conjunto de contratos e de apoios com várias entidades governativas desde a Segurança Social à saúde. Quase todas as IPSS's que se possam lançar num empreendedorismo desta natureza possuem já uma dimensão que lhes permite fazê-lo noutro âmbito. Poderemos falar aqui de outro tipo de associações sem fins lucrativos mas que nesta fase não devem ocupar um espaço único e o primeiro no nosso concelho destinado a este tipo de iniciativas para as empresas.

Não é a primeira vez que a Câmara se envolve no apoio a IPSS's e está pela primeira vez a criar um espaço para apoiar o empreendedorismo. Achemos que essa função é suficientemente nobre e digna para merecer este regulamento focado especificamente nessa atividade visto que as associações sem fins lucrativos têm necessidades diferentes ao nível da sua operacionalização, da forma como estão organizadas e até das receitas provenientes de apoios públicos. Não há benefícios para uns nem para outros com a partilha de espaços e de certas experiências comuns e coletivas. As empresas que lá estarão não tirarão benefícios dessa partilha e experiência porque as associações sem fins lucrativos gerem-se por uma lógica de despreocupação, não procuram o lucro e investem em determinada ação social.

A maior parte das empresas em Start Up's por este mundo, por vezes passam dois, três ou quatro anos em situação de prejuízo. A Uber tem prejuízo; há quem diga que têm uma contabilidade um pouco criativa, não sabem se são 17 mil ou 31 mil milhões, mas andam a acumular prejuízos há vários anos. A lógica de uma StartUp num quadro empresarial tem muito a ver com isto. Um plano de negócios apresenta por vezes prejuízos na fase de arranque, não suporta o *overhead cost* e necessita de um apoio inicial. Não é essa a finalidade de uma associação sem fins lucrativos. Não se deve dispersar o foco de uma StartUp com associações sem fins lucrativos com outras preocupações - que são legítimas - e não deixam de ser empresas que dão lucro para sustentar a parte social. São sempre atividades empresariais e não, associações sem fins lucrativos.

A nossa proposta é que esta alínea b) seja retirada e votamos a favor o regulamento que, de resto, está ótimo.

Sr. presidente da Câmara – A exposição foi longa e quanto mais avançava, mais longe da realidade ficava. O objetivo de uma incubadora são as empresas; não se destina a IPSS's e não se pretende fundar nenhum asilo ou casa de caridade. O objetivo é permitir que, entidades sem fins lucrativos criem entidades com fins lucrativos, empresas de economia social que têm que

ter um fim lucrativo. O que aí referimos não são as atividades mas as entidades que podem criar empresas. O que se pretende com o texto que está correto e claríssimo é que entidades sem fins lucrativos possam ser proprietárias de entidades com fins lucrativos porque as regras da economia funcionam de igual para todos. Dar lucro é dar lucro, seja o dono da Santa Casa ou outra pessoa qualquer. Ninguém vai para a incubadora para fazer uma ação qualquer típica de uma IPSS.

Em relação à ordem de prioridades é mais importante que para lá vá quem ainda não tem nada. Quem pretender criar uma empresa, seja um indivíduo ou uma entidade sem fins lucrativos, deve ficar à frente da empresa que já está criada pois o objetivo é a criação de empresas. A economia social é cada vez mais interessante e faço minhas as palavras que foram ditas pelo grupo parlamentar do PS porque as nossas instituições sem fins lucrativos precisam de se apoiar em iniciativas geradoras de dinheiro que possam suportar os seus outros fins que não são lucrativos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pedi a palavra para corrigir o senhor presidente da Câmara ao referir que o Parque Tecnológico da ilha Terceira, o TERINOV, é um parque da ilha Terceira; não é, é um parque da região e devemos ser ambiciosos para que o seu crescimento dê lugar a investimento externo à região e à ilha.

Há dois parques tecnológicos gémeos, o NONAGON sediado na ilha de S. Miguel e o TERINOV na ilha Terceira, que não se devem esgotar na pequenez da nossa dimensão. A Câmara Municipal como parceira do TERINOV deve ser mais ambiciosa do que as declarações, talvez por lapso, do senhor presidente da Câmara, e encetar todos os esforços para potenciar aquela infraestrutura que todos defendemos e desejamos. Quanto mais externo e pujante for o investimento no parque tecnológico, melhor. É isso que o PSD defende.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – As instituições de solidariedade social têm necessidade de se afastar do modelo tradicional e daí estarem a reforçar os seus quadros com equipas jovens em áreas diferenciadas da formação tradicional dos assistentes sociais ou dos psicólogos. Muitas dessas instituições já estão a contactar gestores e diretores de recursos humanos. Essas equipas novas precisam de suporte técnico especializado para que possam criar estas empresas de inserção de uma forma sustentável para que as instituições deem o salto em termos de inovação e tenham garantidamente aqui na StartUp um polo de expansão.

Podemos referir um caso de sucesso, «As nossas quintas» que a CARITAS submeteu a candidatura à Direção Regional do Emprego em que foram já criados vários postos de trabalho associados. Podemos visitar o *site* e acompanhar a capacidade de trabalho daquelas equipas novas e de todas as pessoas que lá estão no sentido de se autossustentarem passados dois anos. A ACM também possui uma empresa de inserção com fins lucrativos.

Há espaço e capacidade para que no concelho se desenvolvam outras empresas de inserção. A StartUp, com a sua equipa e oferta formativa, é indiscutivelmente uma mais-valia para a inversão da lógica tradicionalista das instituições de índole social do concelho.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Sugerimos a seguinte alteração ao texto: «*alínea a) Para pessoas individuais, associações sem fins lucrativos e entidades coletivas que pretendam desenvolver um novo negócio visando criar com esse fim uma empresa a sediar no concelho de Angra do Heroísmo.*» A alínea b) desaparece, a alínea c) passa a alínea b) e assim focam-se as entidades empresariais, seja qual for o proprietário. Foi o que percebi das palavras do senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – As minhas palavras vão nesse sentido mas é uma questão de se estabelecer prioridades. Acho perfeitamente adequado que se acrescente a segunda parte da frase na alínea b) mas primeiro devem estar os individuais que estão a criar o seu próprio emprego. Têm que existir as alíneas a, b e c porque o objetivo das alíneas é priorizar as coisas.

Como primeira prioridade estão os indivíduos, a segunda são as instituições e depois vêm as empresas. O artigo 1º refere que a StartUp só serve para iniciativas económicas e não para outra coisa qualquer porque o objetivo é produzir economia. Está nos objetivos da instituição e é escusado acrescentar isso; se vos deixa contentes não tenho qualquer objeção mas não se pode juntar tudo na mesma alínea para distinguir as prioridades.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Posso fazer uma segunda proposta de redação: «*Alínea b) Associações sem fins lucrativos com sede no concelho de Angra do Heroísmo que pretendam desenvolver um novo negócio visando criar com esse fim uma empresa a sediar no concelho de Angra do Heroísmo.*» Assim ficariam as alíneas a) e b) em pé de igualdade com a mesma redação.

Sr. presidente da Câmara – Não tenho nada a objetar porque é o que já está aí escrito. É isso que é dito em conjugação com o artigo 1º.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não é, porque nos suscitou a dúvida.

Sr. presidente da Câmara – Foi uma má dúvida. Isso é continuar a dizer que branco é branco e não interessa. Consultada toda a vereação, ninguém se opõe e se isso vos deixa mais felizes, contribuamos para a vossa felicidade. Da Câmara está resolvido, depende agora da Assembleia.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade com a alteração proposta pelo CDS-PP para a alínea b) do artigo 7.º.

1.8 - Criação das áreas de reabilitação urbana de São Sebastião e da Terra Chã nos termos do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/214 de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017 de 27 de julho.

Para aprovação nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A criação destas duas áreas de reabilitação urbana que se juntam àquela que havia sido criada no mandato anterior através da aprovação do PIRUS, visa permitir nestes dois territórios o uso do instrumento financeiro IFRRU que aqui foi referido esta manhã. Por razões técnicas ainda não foi possível fazer as outras duas, a zona litoral de S. Mateus e a zona litoral do Porto Judeu que estão previstas no programa da autarquia, mas virão aqui numa das próximas sessões da Assembleia.

Estas são as que já estão prontas e correspondem à zona central da vila de S. Sebastião e àquela área em torno do TERINOV na Terra Chã, abrangendo o bairro antigo, os edifícios que antes foram residência de professores e de médicos, ou seja, aqueles dois quarteirões limitados pelo Caminho de Belém e pelo bairro antigo. Isto permite fazer investimentos naquela zona com recurso a financiamento do IFRRU se tal se mostrar conveniente para a boa gestão da autarquia.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, a Proposta constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria com 34 votos a favor (21 do PS e 13 do PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa que me permita falar dos Pontos 1.9 e 1.10 visto terem matéria conexa e um tratamento muito semelhante em que se pretende aprovar a minuta dos contratos que vão ser celebrados com as juntas de freguesia. Os respetivos contratos terão que ser resolvidos em reunião entre a Câmara e os senhores

presidentes de junta nas primeiras semanas de janeiro no sentido de fazermos as respetivas transferências para as juntas de freguesia.

1.9 - Minuta de contratos interadministrativos a celebrar entre a Câmara Municipal e todas as juntas de freguesia do concelho de Angra do Heroísmo até ao termo do corrente mandato nos termos dos artigos 120.º e 121.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tendo em vista:

- a) A autorização para a celebração dos contratos interadministrativos que regem a delegação de competências entre o município e as freguesias do concelho para a execução de projetos/obras;
- b) A autorização para afetação e transferência para as juntas de freguesia do concelho, dos recursos necessários à execução dos projetos/obras em causa;
- c) A aprovação da minuta do contrato administrativo.

A minuta foi aprovada por unanimidade.

1.10 - Minuta dos acordos de execução de delegação de competência a celebrar entre a Câmara Municipal e todas as juntas de freguesia do concelho de Angra do Heroísmo até ao termo do corrente mandato nos termos das alíneas a), b) e c) do artigo 132.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tendo em vista:

- a) A autorização para a celebração dos acordos de execução, os quais têm por objeto a delegação de competências do município nas freguesias do concelho para o exercício das competências que constam na proposta;
- b) A autorização para afetação e transferência para as juntas de freguesia do concelho, dos recursos necessários à execução dos projetos/obras em causa;
- c) A aprovação da minuta do acordo de execução a celebrar.

A minuta foi aprovada por unanimidade.

1.11 - Plano Intermunicipal de Ação de Gestão de Resíduos Urbanos da Ilha Terceira. Para aprovação nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Este Plano tem como objetivo a recolha e a boa gestão dos resíduos nos dois municípios que vão parar ao aterro, cumprindo-se assim o que está disposto na lei.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Neste documento são feitas algumas referências do género «... em princípio, no final de 2017 isto deverá estar tudo concluído...» Dá a sensação que isto foi escrito algures em 2016 até porque as referências estatísticas datam de 2015. Uma das citações que referem o ano 2017 tinha a ver com a extensão do PAYT a outras entidades: «A implementação do sistema PAYT por fases, iniciando-se primeiro aos grandes produtores seguidos pelos centros urbanos e por último estender a todo o concelho. Esse sistema irá desencorajar a produção de resíduos já que cada produtor pagará exatamente pela quantidade que produzir.»

Como referi de manhã na discussão do orçamento e GOP's dos SMAH, alguns destes objetivos não estão plasmados nesse documento e parecem entrar em choque com o que foi dito pela senhora vereadora Raquel em relação à aplicação aos grandes produtores e não é o que consta

aqui. Os grandes produtores são referidos em primeiro lugar sem qualquer limitação geográfica, a seguir o grupo das pessoas sediadas no centro urbano e por último a extensão a todo o concelho. Por outro lado, as tarifas constantes da página 96 abrangem os utilizadores individuais. Parece-me haver aqui algumas incongruências, tendo em conta o que foi apresentado hoje de manhã.

A minha referência ao ano 2015 ou à data de elaboração deste plano tem a ver com o facto de não aparecerem aqui dados referentes a 2016 e 2017. Se isto foi feito em 2016, se calhar não teria; se aconteceu durante este verão de 2017 deveria conter alguns dados. Segundo o que está proposto neste plano intermunicipal, em 2017 a recolha estaria totalmente contratualizada a empresas externas e gostaria de saber o que falta fazer no âmbito da TERAMB para que isto se concretize. Uma vez que estamos a cerca de 16 dias do final do ano e ainda não recebi qualquer convite para a assinatura de um contrato com entidades externas para a recolha do lixo, imagino que não haja nada previsto para os próximos dias.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Como já referi, o PAYT aplica-se aos grandes produtores fora do centro histórico da cidade, algo que tem sido implementado e com grande sucesso. Este plano foi elaborado no final de 2016, altura em que ainda não tínhamos todos os dados disponíveis, e a recolha do lixo no concelho de Angra já está contratualizada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – A prevenção da produção de resíduos está na base deste ponto da nossa ordem de trabalhos. É essa a grande diferença entre o anterior documento regional, o PEGRA, e o atual PEPGRA com o «P» de prevenção que é agora incluído.

A explicação inicial da senhora vereadora foi muito resumida e não nos deixou esclarecidos. Além das estratégias já conhecidas, gostaríamos de saber em que medida a câmara de Angra vai abordar a prevenção, a redução, a reciclagem e a reutilização de resíduos, porque a isso obriga este novo documento regional, e é na preparação e separação de resíduos por parte dos municípios que a tarefa deverá ser mais incisiva e demorada.

No âmbito desta alteração, que é obrigatória por força da lei, gostaria que a senhora vereadora Raquel ou o senhor presidente da Câmara nos dessem conta das estratégias e objetivos a alcançar em termos da prevenção e da forma como esse plano de resíduos da região será aplicado no nosso concelho, sendo que os grupos municipais desta Assembleia poderão também sugerir outras estratégias no âmbito da temática dos resíduos, esperando o seu acolhimento por parte da autarquia.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Há certamente uma preocupação na prevenção apesar de se ter verificado uma redução na produção de resíduos por diversas razões, entre as quais a diminuição do consumo e a redução do tamanho e espessura de certas embalagens. Como referiu, a reciclagem dos resíduos provenientes dos lares é mais demorada e onde é necessária uma maior sensibilização, apesar dos esforços que temos vindo a desenvolver nos últimos vinte anos através de diversas campanhas como as eco escolas e outros programas desenvolvidos pelas várias instituições incluindo o Governo Regional e os municípios.

Uma das candidaturas aprovadas abrange a aquisição de mais alguns contentores para reciclagem e estão previstas campanhas específicas para determinadas épocas, além de uma que está em curso para lançar já no Natal com reforços dos ecopontos em alguns locais para incentivar as pessoas a uma maior reciclagem, especialmente nesta época.

Ao longo do ano desenvolveremos várias campanhas com uma maior ação sobre as festas tradicionais, especialmente nas touradas à corda em que grandes quantidades de vidro não são colocadas nos devidos recipientes, e vamos contactando os grandes produtores de resíduos para aferirmos o que é possível melhorar junto destes.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Uma pequena achega relativamente ao que a senhora vereadora propõe ao nível das campanhas. Podemos dizer que é praticamente tradicional e uma forma de

verificarmos a dimensão de uma tourada através da quantidade de lixo que fica espalhado pelo caminho. Independentemente das campanhas de sensibilização para a recolha das garrafas, os nossos arraiais são caracterizados por isso mesmo. Sei que os mordomos têm a responsabilidade da limpeza mas a verdade é que é degradante a forma como as estradas ficam depois da tourada e é um dever do cidadão evitar que isso aconteça. Está prevista alguma campanha destinada à população em geral para a colocação do lixo nos locais próprios durante a tourada?

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Há efetivamente esse problema mas o mesmo acontecia há uns anos durante as festas Sanjoaninas. Procedeu-se a um grande reforço do número de recipientes de recolha de lixo no arraial e as pessoas passaram a procurá-los. Penso que isto também se poderá dever à falta de recipientes, sendo certo que a situação é um pouco mais difícil de controlar nas touradas. Dou como exemplo um familiar possuidor de uma casa com uma frente muito grande que aumentava o número de recipientes na sua parte onde as pessoas se encontravam. Os SMAH correspondem ao que lhes é solicitado pelos mordomos em cada tourada e talvez os próprios devam também sensibilizar as pessoas para a colocação do lixo nos locais adequados.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Este aspeto das touradas está de facto projetado num dos planos a executar pela TERAMB até 2020 como está ainda o das Sanjoaninas. Há dias quando passei aqui pelas barraquinhas entre as 09 e as 10 horas da noite verifiquei que o lado direito da praça velha estava cheio de copos, plásticos e uma quantidade de lixo que o vento tinha espalhado. Isto acontece à porta da Câmara e não apenas nas touradas e pode dever-se à insuficiência de recipientes ou ao excesso de preguiça por parte das pessoas para se deslocarem uns metros até ao recipiente mais próximo.

Isto hoje em dia está melhor no centro da cidade mas, há uns anos, os recipientes do lixo foram retirados e substituídos por aqueles canudos semelhantes aos dos arquitetos para a colocação dos projetos. Não havia baldes de lixo ao pé dos cinzeiros, foram todos retirados e isso foi um erro porque dantes tínhamos mais abundância de recipientes.

Concordo com o que aqui foi dito. É preciso mais sensibilizações mas também é preciso transmitir às pessoas a forma de cumprirem. Há poucos anos, quando deixou de haver recolha porta a porta, não foi feito um alerta geral, à semelhança do que havia sido feito uns anos antes através da distribuição de ímanes para colocar nos frigoríficos com a informação do tipo de recolha a efetuar nos diversos dias da semana. Se não for divulgada esta informação, as pessoas acabam por colocar o lixo na rua sujeito a ser espalhado pelo cão do vizinho, à exalação de maus cheiros e à atração de roedores. Estas campanhas de sensibilização devem incidir numa forma preventiva, dando ao mesmo tempo conta das alterações às diversas práticas que vão sendo aplicadas, o que por vezes não acontece.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Concordo com a necessidade de uma melhor informação sobre as rotas e os horários de recolha, o que tencionamos fazer. No plano de sensibilização que foi aqui aprovado o ano passado ficou decidida a elaboração dos ímanes e a sua respetiva distribuição.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Plano Intermunicipal de Ação de Gestão de Resíduos Urbanos da Ilha Terceira constante do Ponto 1.11 foi aprovado por maioria com 35 votos a favor (22 do PS e 13 do PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.12 - Designação do Fiscal Único da TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM. É proposta a nomeação de SVTM - Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados SROC, Lda.

Para designação nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se pura e simplesmente disso mesmo, da designação do Fiscal Único de acordo com o que está na lei. No caso presente ainda está em vigor o contrato anterior e pretende-se manter esta empresa Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados como fiscal único da TERAMB.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em jeito de um breve comentário na linha do que temos feito nos anos anteriores, lembro a necessidade de ir substituindo de vez em quando estes fiscais e estas empresas visto que, passando muito tempo a fiscalizar a mesma coisa, poderão ser gerados alguns vícios de fiscalização pouco benéficos para uma atividade que se pretende transparente a bem do próprio funcionamento dos serviços. Assim poderão ser detetadas possíveis inconformidades por parte de quem gere esses mesmos serviços. Poderá haver aqui alguns vícios de forma nos procedimentos e nos métodos que se poderão colmatar com alguma rotatividade das entidades fiscalizadoras.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, a proposta de designação constante do Ponto 1.12 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, (21 do PS, 6 do PSD e 2 do CDS-PP) e 6 abstenções do PSD.

1.13 - Tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2018. **Para conhecimento da Assembleia Municipal.**

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de dar conhecimento à Assembleia Municipal que a Câmara Municipal resolveu não alterar o tarifário dos Serviços Municipalizados. Mantém-se em vigor o tarifário do ano anterior e pelo oitavo ano consecutivo, o que significa um grande esforço de contenção de despesas por parte dos SMAH para viabilizar esta situação.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento do tarifário constante do Ponto 1.13.

1.14 - Relatório de gestão e contas do 2.º trimestre de 2017 da TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM. **Para conhecimento da Assembleia Municipal.**

Sr. presidente da Câmara – Estamos perante o relatório referente ao segundo trimestre de 2017. Esta matéria havia sido abordada na última reunião do mandato anterior e pouco se alterou. Prevemos nesta altura qualquer coisa como 300 mil euros de prejuízo no fim do ano, dentro do que era estimado, e a empresa está a evoluir dentro das condições inicialmente previstas. Tivemos dois anos melhores do que esperávamos, era suposto termos cinco anos de prejuízos, não os houve nos primeiros dois e esperemos que não se verifiquem no próximo ano.

Este foi um ano um pouco excecional por causa do fim das garantias e das paragens longas que tivemos que fazer e também devido a questões relacionadas com as deslastragens na primeira metade do ano, situação que se alterou profundamente com a entrada em funcionamento da geotermia. Neste momento a TERAMB já não é a última da fila porque a geotermia entrou mais tarde e é a última a ser penalizada na rede de acordo com o regulamento em vigor.

A situação melhorou significativamente para a TERAMB nestes últimos meses permitindo uma grande recuperação. Há ainda umas questões pendentes com o empreiteiro que poderão transformar estes negativos em positivos devido a uma indemnização que foi pedida pela paragem, algo a ser decidido nos próximos dias, e o fecho do ano é ainda incerto quanto ao resultado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pergunto ao senhor presidente da Câmara para quando se estima o equilíbrio e a ausência de prejuízo naquela unidade. A questão que mais me preocupa é o facto de quaisquer avarias ou incidentes que possam acontecer com aquela unidade após o fim do

período das garantias, deixarem de se poder imputar ao empreiteiro como tem acontecido até agora.

A valorização energética de resíduos por incineração será sempre polémica e vai merecer de todos nós o maior dos cuidados porque já temos que chegarmos na ilha Terceira situações de grande complexidade no que, ao domínio ambiental diz respeito.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos desse ainda conta das fragilidades e o que se poderá fazer naquela instalação de modo a evitar avarias e paragens para que os resíduos possam ser tratados com a maior eficiência possível, se produza eletricidade e se venha a instalar ali à volta um conjunto de outros serviços que consumam aquela eletricidade e sirvam o município para que os benefícios sejam sempre superiores aos passivos.

Sr. presidente da Câmara – A questão financeira é absolutamente controlável pela própria empresa. Neste momento a taxa de incineração situa-se nos 25 euros a tonelada, é provavelmente a mais baixa da Europa e, para não termos qualquer prejuízo, bastaria aumentá-la para os 28 euros, o que ainda nos manteria entre os mais baixos da Europa porque a taxa média anda na casa dos 70 ou 80 euros a tonelada. É óbvio que não temos qualquer interesse em aumentar esse valor e continuo convencido que é possível manter esta taxa com uma gestão adequada como a que tem sido feita.

A questão das paragens é de resposta um pouco mais complexa. Este ano, na sua maioria foram programadas e deveram-se à necessidade de substituição de algumas partes do equipamento antes do fim das garantias visto existir um conjunto de equipamentos com garantia de dois e outro com garantias de cinco anos. Em fevereiro terminarão as garantias de dois anos respeitando essencialmente aos equipamentos rotativos. Toda a infraestrutura fixa, incluindo a própria caldeira, possui ainda três anos adicionais de garantia.

Foi feita a substituição quase integral das partes críticas dos equipamentos móveis com dois anos de garantia o que nos dá um elevado grau de segurança relativamente ao que vai acontecer agora. Não estamos isentos de problemas mas a verdade é que as coisas parecem bastante bem. Sem pretender argumentar contra a própria empresa, continuamos a achar que o separador deveria ser um pouco mais robusto e há questões relacionadas com a separação de resíduos que temos que resolver e aprofundar.

A incineradora excedeu as expectativas pela positiva, a sua produtividade é melhor do que estava contratualmente fixado e temos um equipamento muito produtivo, robusto e flexível. Até agora todos os problemas surgidos prenderam-se com a separação de sólidos e com o sistema de recirculação de bombas. Trata-se de um problema de dimensionamento que está a ser devidamente resolvido porque, felizmente, tratou-se de um contrato de conceção/construção em que a responsabilidade é de quem construiu e estão a tomar as medidas necessárias para resolver o problema.

Uma vez ultrapassado o problema das bombas que já se domina, a parte crítica continuará seguramente a ser a da separação de materiais sólidos que sofre elevado desgaste devido às garrafas, latas e outros objetos não queimados que passam pela incineradora e têm que ser separados. Esta questão exige um enorme trabalho por parte da Praia Ambiente e dos Serviços Municipalizados no sentido de garantir uma melhor separação de resíduos a montante para evitar que tanto material não combustível chegue ao equipamento.

No que respeita à questão financeira, para um investimento daquele tamanho, os prejuízos são negligenciáveis quando comparados com outras instalações. Estamos numa zona de absoluto conforto, não há aqui nada de complexo e a situação financeira continua manifestamente boa. Quando iniciámos este processo prevíamos prejuízos superiores a meio milhão de euros nos primeiros cinco anos, o que não aconteceu visto não se ter verificado prejuízos nos primeiros

dois anos. Quanto a este ano ainda não temos a certeza e esperamos voltar aos saudáveis zeros no ano que vem.

Estou esperançado que a entrada da geotermia na rede seja um importante contributo para a saúde financeira da TERAMB até porque há uma proposta de decreto legislativo regional que pode alterar isso e é preciso garantir que não se altere o *status quo* para não voltarmos ao ponto de partida.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Já se falou acerca de muita coisa, nomeadamente da capacidade de funcionamento da incineradora caso usasse apenas a mineração, ou seja, o tratamento dos resíduos já depositados em bolsa no nosso aterro sanitário. Falou-se na importação de combustíveis derivados de resíduos, na vinda de resíduos do arquipélago da Madeira e na capacidade da incineradora absorver e tratar a maioria dos resíduos da região, incluindo os provenientes da ilha de S. Miguel, caso não se resolvesse o impasse da incineradora daquela ilha, etc.

Gostaríamos que o senhor presidente da Câmara nos elucidasse a respeito da percentagem de remoção do passivo ambiental da incineradora, quais os custos e a capacidade de receção de resíduos de fora da ilha, sabendo-se que os municípios das ilhas do triângulo, os maiores produtores de resíduos a seguir à ilha Terceira, deveriam enviá-los para cá e não o estão a fazer, dando aqui alguma folga à nossa incineradora. Qual vai ser a aposta? Virão de fora resíduos com maior capacidade calorífica? Vai-se apostar na remoção do passivo ambiental que é preciso fazer nas atuais bolsas? Qual vai ser a opção das câmaras municipais e da TERAMB para este processo?

Sr. presidente da Câmara – Infelizmente isso não depende exclusivamente da vontade dos dois municípios da ilha Terceira e, por consequência, da TERAMB porque uma componente forte dessa matéria tem a ver com a gestão ambiental a nível regional de acordo com as opções que o Governo venha a fazer.

Nunca vieram resíduos do Pico mas têm vindo esporadicamente do Faial e de S. Jorge e podemos tratar todo o lixo produzido nas oito ilhas com exceção da ilha de S. Miguel. Ficaríamos assim com um recurso na casa dos 25 a 30% à remoção do passivo ambiental o que implicaria a impossibilidade de o remover na totalidade até ao fim da vida útil da incineradora que é de 25 anos. Contas feitas, temos cerca de 40 anos de combustível acumulado nas bolsas.

A remoção do passivo ambiental tem elevados custos financeiros; se não o fizéssemos, teríamos tido um lucro razoável este ano mesmo nestas condições desfavoráveis. Para que os senhores deputados percebam melhor, recebemos 25 euros por cada tonelada de resíduos à entrada da incineradora e gastamos cerca de 75 euros por cada tonelada que vamos buscar à bolsa. Os custos estão relacionados com a maquinaria, com a escavação, com a mão-de-obra e com a separação e só depois é que os resíduos podem ir a incinerar.

Uma das razões pelas quais aquela incineradora foi financiada a 100% foi a obrigação da remoção do passivo ambiental, uma área onde teremos sempre que fazer algum investimento. A verdade é que também não estamos a explorar a incineradora na sua plena capacidade, poderíamos produzir mais energia se recebêssemos mais resíduos ou se optássemos por investir mais na retirada do passivo, mas a realidade é que se encontrou aqui um equilíbrio de forma a otimizar a relação entre aquilo que é possível gastar na remoção de resíduos e a produção de energia.

O Governo Regional comprometeu-se em fazer cumprir a lei o que significa que sete ilhas devem enviar resíduos para a Terceira. A ilha de Santa Maria não devia fazê-lo mas neste momento está a enviar para cá resíduos e esperemos que o Governo cumpra a sua parte. A incineradora não esgotará a sua capacidade porque é superior ao que foi encomendado e podemos produzir mais energia mas não conseguimos tratar os resíduos do arquipélago inteiro

a não ser que se faça um investimento na Terceira e um outro complementar em S. Miguel com a introdução de uma tecnologia conhecida como TMB (Tratamento Mecânico e Biológico) fazendo um tratamento prévio aos resíduos, retirando uma parte e incinerando o que resta. Se isso fosse feito na Terceira e em S. Miguel, teríamos a capacidade para tratar tudo mas implicaria o investimento de uma vintena de milhões de euros; em S. Miguel para reduzir a vinda de resíduos para cá e na Terceira para criar espaço para a entrada de outros resíduos.

O Governo Regional está a fazer a selagem das lixeiras nas outras ilhas e seria muito justo e razoável que contribuísse também para a resolução do passivo ambiental na Terceira cofinanciando a remoção de resíduos do aterro. Estão várias opções em cima da mesa que permitirão resolver isto, sendo seguro que bastaria aumentarmos para 28 euros a tarifa de entrada de resíduos na incineradora para que o problema financeiro ficasse resolvido, mas todas estas opções dependem do relacionamento que será estabelecido com o Governo Regional.

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento do relatório constante do Ponto 1.14.

1.15 - Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia pela vitória no campeonato de Futsal da Ilha Terceira - época 2016/2017.

Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Luís Brasil – O grupo de trabalho do PSD congratula-se com mais este feito desportivo de um clube sediado em Angra do Heroísmo. É um clube como os outros mas não deixa de ser o Sport Clube Lusitânia que, de alguma forma, perante um percurso tumultuoso na última década, tem vindo a conseguir aquilo que foi importante no passado e deve ser um objetivo comum a todos os clubes e instituições desportivas do nosso concelho.

O Lusitânia foi o clube mais eclético e com mais abrangência social na prática desportiva federada nos Açores e no concelho de Angra e é mais uma modalidade que emerge. As pessoas envolvidas não partiram do pressuposto que o clube teria que alocar todos os recursos financeiros e houve um voluntariado imenso à volta da própria modalidade que tem muito a ver com a natureza do grupo que se aglomerou para desenvolver o Futsal naquela instituição. Conseguiu-se assim, com muitas expensas pessoais, dar uma imagem de prática desportiva saudável e com o sucesso que agora se lhe reconhece.

Como nota final, penso que a nossa Assembleia deve estar atenta, não só a clubes com mais ou menos impacto na prática desportiva globalizada, mas também a outros pequenos clubes e modalidades desportivas individuais porque existem outros títulos a serem ganhos por aí. Seria bom que todos estivéssemos atentos a isso para podermos valorizar o esforço de toda esta gente em prol de algo muito importante que é o desenvolvimento desportivo e social.

Não se registaram mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Voto de Congratulação constante do Ponto 1.15.

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal ao Conselho de Ilha nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/A de 14 de abril.

- Propostos os seguintes representantes: Marília Vargas, João Santos, Tânia Rocha e Luís Brasil.

A proposta foi aprovada por maioria por escrutínio secreto com 31 votos a favor e 4 abstenções.

2.2 - Eleição de quatro presidentes de junta de freguesia e de um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, no máximo de cinco, a fim de integrarem o Conselho Municipal de Segurança nos termos das alíneas d) e j) do artigo 5.º da Lei n.º 33/98 de 18 de julho em conjugação com as alíneas d) e m) do artigo 4.º do respetivo Regulamento.

Propostos os seguintes elementos:

- Quatro presidentes de junta de freguesia: Paulo Silva, Emanuel Garcia, Francisco Trovão e Rómulo Correia.
- Cinco cidadãos de reconhecida idoneidade: Vasco Capaz, Durval Santos, António Toste, Pérciles Ortins e Catarina Matias.

A proposta foi aprovada por maioria por escrutínio secreto com 31 votos a favor e 4 abstenções.

2.3 - Eleição de três membros da Assembleia Municipal e designação de dois presidentes de junta de freguesia a fim de os mesmos integrarem o Conselho Local de Educação de Angra do Heroísmo nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1, artigo 135.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A de 16 de junho.

Propostos os seguintes elementos:

- Três membros da Assembleia Municipal: Isabel Berbereia, Valdeci Purim e Elsa Costa.
- Dois presidentes de Juntas de Freguesia: Ana Borges e Cecília Costa.

A proposta foi aprovada por maioria por escrutínio secreto com 32 votos a favor e 3 abstenções.

2.4 - Designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na mesma, bem como três representantes até aos 35 anos residentes no município, a fim de integrarem o Conselho Municipal da Juventude do Concelho de Angra do Heroísmo nos termos da alínea j) do artigo 5.º do respetivo Regulamento.

Propostos os seguintes elementos:

- Membro da Assembleia Municipal: Tânia Rocha.
- Três representantes residentes no Concelho: Paulo Fagundes, Lisete Medeiros e Sónia Pimentel.

A proposta foi aprovada por maioria por escrutínio secreto com 31 votos a favor e 4 abstenções.

2.5 - Designação de quatro representantes na comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo.

Propostos os seguintes representantes:

- **Paula Cota, Anastácia Fins, Pedro Corvelo e Renato Pires.**

A proposta apresentada foi aprovada por maioria por escrutínio secreto com 31 votos a favor e 4 abstenções.

2.6 - Designação de um presidente de junta de freguesia para fazer parte no conselho consultivo do Parque Natural da Terceira nos termos da alínea d), n.º 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/A de 20 de abril.

Proposta a Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro **Maria de Fátima Ferreira**

A proposta, por escrutínio secreto, foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, 7 votos contra e 6 abstenções.

3. DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 - Proposta do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de ser alterado o Regulamento Municipal de Taxas no que se refere ao capítulo 24 - estacionamento tarifado. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Esta proposta nasce por uma razão simples. O período mínimo de estacionamento permitido no Regulamento Municipal de Taxas é de 15 minutos e nós entendemos que, para favorecer o estacionamento pendular, a rapidez de entrada e saída e a rotatividade na vagatura dos lugares, esse período mínimo deveria ser de 5 minutos. O regulamento prevê intervalos de 15 minutos e nós propomos que seja escalonado em intervalos de 5 minutos nas zonas A, B, C e D, por serem as mais centrais, até aos 60 minutos. Nas zonas E, F e G, as zonas mais periféricas, deveria haver uma nuance com intervalos de 10 minutos.

Percebemos que esta proposta criou algum desconforto visto que, na conferência de líderes, nos foi alegado que haveria restrições impeditivas no quadro contratual mas investigámos dentro do código de contratação pública e do próprio contrato com a concessionária e não encontramos qualquer impedimento a esta tabela. Os artigos 18º e 19º do contrato não impedem alterações às taxas do regulamento, preveem a sua atualização pela inflação e esta nossa proposta não muda nada do que está em vigor; defende a manutenção dos valores, sugerindo apenas a alteração dos intervalos entre os 15 e os 30, entre os 30 e os 45 e entre os 45 e os 60 minutos com a criação de novos escalões e taxas. Nas zonas E, F e G, as mais periféricas, haveria alterações nos valores de acordo com a proporcionalidade.

Pretendemos aprofundar e melhorar a forma de estacionamento com períodos mais curtos e maior rotatividade de entrada e saída de viaturas, mesmo que o concessionário venha a alegar alguma perda de receita entre a saída e a entrada. Por outro lado aumenta-se a possibilidade de multa e de prevaricação que, por essa via, poderá aumentar também a receita do concessionário. Se, até aos 15 minutos, havia uma possibilidade de aplicação de multa, desta forma passará a haver três possibilidades de multa. Se podem argumentar que antes alguém podia ficar por 14 minutos e pagava a taxa dos 15 e agora pode pagar a taxa dos 10 minutos e safar-se, também se pode contra argumentar que, quem entra com 5 minutos pode pagar uma multa ao 6º ou ao 7º minuto e por aí fora...

Sr. presidente da Câmara – Há 5 minutos de tolerância.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Passa na mesma a pagar a multa. Mesmo com 5 minutos de tolerância, no período de 15 minutos passamos a ter duas potenciais multas em vez de uma. Há uma neutralidade financeira na aplicação destes novos escalões que me parece não prejudicar nenhuma das partes. Beneficia claramente a rotatividade, a libertação de espaços e os utilizadores que não precisam de ficar presos por períodos mais longos do que o necessário, evitando também a troca de talões de parquímetro como muitas vezes acontece.

Sr. presidente da Câmara – Esta proposta não tem qualquer cabimento; tê-lo-á talvez daqui por um ano quando se iniciar o processo de renegociação dos parquímetros. Este contrato é longo assim como o será a formação de um novo. A intenção da Câmara é submeter a esta Assembleia a aprovação de um novo regime de taxas para entrar em vigor com um novo contrato e também uma redefinição de zonamento muito provavelmente no final de 2018 ou princípio de 2019.

O atual tarifário foi uma das bases que serviu à formação de um contrato atual, a sua alteração unilateral não é viável e é absolutamente indesejável. Por outro lado, não me parece uma boa ideia criar mais oportunidades de multa. Até parece que o senhor deputado está a trabalhar para a empresa dos parquímetros. Temos é que criar condições exatamente ao contrário e tentar reduzir a quantidade de multas, uma das coisas que mais irrita os nossos concidadãos e mais prejudica a nossa cidade.

Esse não é o sentido nem este é o tempo correto da alteração; sê-lo-á quando prepararmos o lançamento do novo contrato, parece-me consensual que teremos até que reduzir substancialmente as áreas concessionárias e no próximo contrato não precisaremos das zonas F, G e H. Precisamos de reduzir os parquímetros à zona baixa da cidade, simplificando todo este processo contratual e introduzindo uma alteração profunda nesta matéria.

O anterior contrato foi manifestamente excessivo para os interesses da nossa cidade, não é aconselhável mexer com ele neste momento e muito menos nesse sentido em que o concessionário sairia ainda mais beneficiado. Esperemos para o momento certo que chegará em breve neste mandato porque o tempo anda depressa. Fica aqui o compromisso da parte da Câmara para que, o mais tardar no princípio de 2019, esta matéria cá esteja em cima da mesa para ser discutida em preparação do novo concurso que terá que ser lançado pelo menos um ano antes do termo do que está em vigor.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Percebo a boa vontade da proposta do CDS-PP mas não se trata de regulamento de taxas e sim, de um problema de contrato como referiu o senhor presidente da Câmara com quem concordo. Temos um mau contrato que é lesivo para o município e para os munícipes, a sua interpretação é levada a cabo pelos funcionários da empresa que são de uma eficiência excessiva e adquire muitas vezes contornos de perseguição aos munícipes, pecando pela falta de tolerância, às vezes até no curto espaço de tempo em que se entra num qualquer estabelecimento comercial para arranjar trocos e assim poder cumprir com a obrigação de pagar o parquímetro.

Entendo que, apesar da legitimidade da preocupação, aquela oportunidade que esta proposta dá à cobrança de mais multas às pessoas acaba por pôr em causa a boa intenção do CDS-PP e o PSD vai votar contra.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Ao contrário do que disse o senhor deputado Nuno Melo Alves, o documento pareceu-nos confuso, ainda mais confusa se tornou a sua explicação, e não se veem evidências de qualquer benefício para os angrenses ou para quem estaciona em Angra. Esta proposta não nos parece pertinente, estando também em causa uma situação de contrato inicial e eventuais indemnizações derivadas da alteração dos seus procedimentos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Em primeiro lugar, esta proposta não visa de forma alguma aumentar as probabilidades de multa mas sim, permitir os lugares mais depressa com períodos mínimos obrigatórios mais curtos. Referi o aumento da possibilidade de multas devido ao que foi dito pelo senhor presidente da Câmara em sede de conferência de líderes, argumentando que a alteração deste contrato daria lugar a indemnizações.

Não me foi respondido pelo senhor presidente da Câmara nem pelas bancadas do PSD ou do PS a respeito de qualquer referência no clausulado deste contrato - que tenho aqui aberto no meu computador - acerca de indemnizações à senhora concessionária. Gostaria de saber onde

encontram aqui o fundamento para interpelações abusivas ou o prazo dos 5 minutos de tolerância. Nada disso está escrito no contrato. Quero saber se o leram, onde são referidas estas objeções para dizerem que o contrato é mau e o que impede a aplicação desta proposta. O contrato está aqui à frente e qualquer um o pode consultar ou pedi-lo à Câmara como eu fiz.

Tenham, ao menos, o cuidado de objetivar as questões. Se o senhor presidente da Câmara diz que pretende fazer alterações de fundo, parabéns, encantado da vida, analisaremos essas alterações para um futuro contrato, mas estou a falar de uma alteração pontual que traz vantagens para um estacionamento mais rápido e mais curto com poupança para os utentes, mantendo as receitas. O que estou a dizer aqui é que nada disso é afetado. Se o objeto do contrato, o clausulado das zonas, as receitas e as tarifas não são afetadas, pergunto quais os argumentos objetivos apresentados pelo PSD, pelo PS e pela Câmara Municipal com base num contrato que dizem mau, sem referirem as cláusulas afetadas. Gostaria de obter essas respostas. Ao menos esclareçamos as coisas porque é para isso que aqui estamos.

Sr. presidente da Câmara – Numa tentativa de esclarecer a coisa, quando se lança um concurso, existe como base de lançamento, um conjunto de pressupostos e este tinha dois básicos: as áreas a concessionar e o respetivo preço. Ao alterarmos qualquer uma destas questões estamos a criar razões para que haja um pedido indemnizatório por parte da empresa e, pior do que isso, para que outras empresas que eventualmente não tenham concorrido, venham agora alegar que não o fizeram porque a base era outra.

Estas questões básicas que informam este contrato não podem de maneira nenhuma ser alteradas. Julguei que o senhor deputado se lembraria - porque na altura estava na Câmara - aquilo que aconteceu há uns anos quando um dia se resolveu celebrar o dia da pessoa com mobilidade reduzida em que estacionámos em determinados lugares das ruas umas tantas cadeiras de rodas para demonstrar aos condutores o que acontecia quando estacionam indevidamente em lugares de mobilidade reduzida. A empresa veio pedir uma indemnização pela ocupação das ruas e não se tratou de qualquer alteração de regulamentos.

Um dia resolveu-se fechar uma rua. De acordo com a empresa, excedeu-se 10% da utilização do espaço, a tolerância máxima que o contrato concede, veio então a empresa alegar um pedido de indemnização por lucros cessados.

Senhor deputado, esta é uma matéria espinhosa e difícil com contornos contratuais muito negativos para a Câmara, razão pela qual não é possível fazer alterações. Mesmo que fosse possível, as alterações que o senhor propõe vão contra os interesses dos munícipes. Criar oportunidades para andarmos a correr de 5 em 5 minutos, não me parece que seja o caminho nem uma boa rotatividade. Seria possível uma modalidade de pagamento ao minuto como acontece nalgumas cidades para que a pessoa pudesse pagar por meios eletrónicos, mas essa é outra questão que não está prevista no contrato e terá que ficar prevista no próximo para que, a partir do telemóvel, se possa carregar os minutos que se pretende. Há muitas alterações a introduzir neste contrato mas essa não vai no bom sentido.

Sra. d. m. Marília Vargas – Quero dizer ao senhor deputado Nuno Melo Alves que nós lemos atentamente a vossa proposta e não a desvalorizámos. Não percebo muito de leis mas sei que estaríamos a ser incorretos se alterássemos agora o contrato que está em vigor e o mais lógico é que a receita fosse menor com períodos de estacionamento mais curtos. Não acho lícito votarmos uma proposta que, à partida, poderá implicar o pagamento de indemnizações por parte da Câmara Municipal e tudo o que acabou de dizer relativamente à receita é bastante questionável. Assim sendo, prefiro votar contra esta proposta.

Sra. d. m. Brites Cunha – De todos estes processos de indemnização, gostaria saber quais foram ganhos e que custos acarretaram à Câmara. Pelos vistos, como é consensual que o contrato existente é mau, estamos à espera que o tempo passe? É que há formas de resolver contratos. É preciso saber que custos estão em causa por uma via e a ser suportados por outra.

Sr. presidente da Câmara – Nos dois casos que referi, nenhum custo foi suportado porque houve uma disputa e uma recusa da nossa parte. Dada a pequena dimensão das quantias em causa, não conviria ao adjudicatário ir para tribunal porque a causa era demasiado pequena; se fosse maior, talvez fosse mesmo para tribunal como aconteceu noutros sítios.

Neste momento é mau para a cidade e para as finanças do concelho estarmos a mexer nesta matéria. Deixemos isto seguir o seu termo porque o tempo ideal para discutir o assunto vai chegar - ou então já passou - porque estamos perto do fim e longe do princípio. Como não se discutiu nessa altura, teremos que o fazer no momento do lançamento do novo concurso, provavelmente dentro de doze meses.

Terminadas as intervenções e após votação, a Proposta constante do Ponto 3.1 foi rejeitada com 32 votos contra (19 do PS, 13 do PSD) e 2 votos a favor do CDS-PP.

3.2 - Recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de a Câmara Municipal manter a Praça Velha a funcionar como rotunda de trânsito rodoviário. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Dirigindo-me à Mesa numa interpelação, creio que a proposta aqui designada por 3.2 é manifestamente abusiva e só posso interpretá-la como uma brincadeira. Esta é uma assembleia municipal e não propriamente um lugar onde se brinque e se venha criar tarifas de mil euros ao minuto. Lamento, creio tratar-se de uma questão de admissibilidade e não de votação, mas o senhor presidente da Mesa melhor o dirá.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Para defesa da honra. Senhor presidente, apelação de brincadeira é não cumprir com os editais municipais, ter a praça velha gradeada há oito meses sem interrupção e um conjunto de outras coisas. Para brincadeira, brincadeira se dá, e fogo com fogo se paga.

Acabando com a defesa da honra e pedindo uma interpelação à Mesa, a proposta 3.1 da Ordem de Trabalhos acabou de ser votada, está chumbada, arrumada e nada mais há a referir, enquanto a proposta 3.3 recomenda a manutenção da rotunda da praça velha. Se a proposta 3.3 for votada favoravelmente prejudica automaticamente a proposta 3.2 e não a 3.1. O que lhe pedi de manhã e tinha pedido por *e-mail* era que fosse invertida a ordem das propostas 3.2 e 3.3 para que a proposta 3.3 fosse votada e discutida antes da 3.2. Caso a proposta 3.3 viesse a ser aprovada, a 3.2 seria automaticamente retirada porque sairia prejudicada. Foi essa alteração que lhe dei a conhecer por *e-mail* e de que lhe falei hoje de manhã.

Sr. presidente da Mesa – Ah, V. Exa. queria colocar primeiro a proposta a 3.3 seguida da 3.2?

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Exatamente.

Sr. presidente da Mesa – Se a Assembleia não se opuser, é-me indiferente. Pode ser a 3.3 e aí fica logo prejudicada a 3.2.

Sr. presidente da Câmara – Com a permissão do senhor presidente e mais uma vez em tom interpelativo, o senhor presidente da Mesa é quem dirige a sessão e os senhores deputados é que votam mas esta é uma proposta claramente provocatória, desadequada e ofensiva.

Sr. presidente da Mesa – Senhor presidente da Câmara, tive oportunidade de dizer ao senhor deputado Nuno Melo Alves e à senhora deputada Brites Cunha que esta proposta me parecia desadequada e expliquei-lhes porquê. Todavia, não há nenhuma razão objetiva para que a mesma não seja chumbada na Assembleia. Não me parece uma proposta razoável mas também não vejo que esteja ferida de qualquer tipo de ilegalidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – As questões de admissibilidade das propostas não se colocaram no momento em que foram admitidas e aceites em conferência de líderes. O pedido que o PSD faz é que as mesmas sejam votadas e se ultrapasse esta fase de considerandos.

Sr. presidente da Mesa – A questão não foi colocada em conferência de líderes porque as propostas foram entregues na Mesa sem que fossem lidas. Numa leitura mais atenta poder-se-ia ter colocado a possibilidade da razoabilidade da proposta. Como disse, é uma questão de natureza política que desvirtua o sentido que a própria proposta pretende mas isso é uma questão dos proponentes.

Se o plenário assim o entender, não vejo nenhuma razão objetiva para que não haja alteração dos pontos na Ordem de Trabalhos, uma vez que o Ponto 3.2 ficaria automaticamente prejudicado e, quanto a mim, já cairia por natureza visto que o ponto 3.1 foi votado negativamente. De qualquer forma, tendo sido admitida em conferência de líderes e não contendo nenhuma matéria que se considere ilegal, está à discussão a proposta constante do Ponto 3.3.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Esta proposta visa basicamente recomendar que a rotunda rodoviária da praça velha se mantenha por se constatar que o trânsito piorou ao longo destes meses em que esteve fechada. O percurso que antes era feito à volta desta praça, passa pelo topo da rua do Galo e regressa à baixa porque as pessoas não deixaram de fazer esta circulação.

Quem tenta descer a rua da Guarita ao fim da tarde ou em certas horas do dia fica parado no trânsito na avenida Álvaro Martins Homem ou ao pé da igreja das Concecionistas do outro lado e por vezes os semáforos mudam de cor com carros bloqueados no cruzamento. O trânsito encrava porque todas as viaturas que se encontrem para lá da igreja da Conceição só podem regressar à baixa da cidade pela rua da Guarita.

Ao serem feitas essas alterações de trânsito incluindo a praça Almeida Garrett, o que o encerramento aqui na praça velha faz é agravar o fluxo de trânsito que por aqui segue e é o mesmo todos os dias porque temos ali uma biblioteca, três ou quatro edifícios de serviços públicos, um tribunal e um liceu com mais de mil alunos entre o PROFIS e a escola pública, ou seja, um fluxo intenso de trânsito naquela direção. Muitas vezes os pais deixam os filhos na escola e regressam para voltarem aos seus trabalhos no outro lado da cidade.

Infelizmente, desde a construção do hospital, a alternativa da Circular ainda mais difícil ficou. Num dia de chuva mais depressa fica inundada a Circular do que a rua Direita e já sabemos que as tampas olímpicas chegam cá abaixo. Lá em cima não há tampas mas a água podia permitir medalhas olímpicas em algumas modalidades como o kaiak, a canoagem ou outras do género.

Ao existir um hotel numa ponta da Circular em que a descarga de turistas é feita na via pública porque os lugares de estacionamento se encontram ocupados por clientes do hotel, com uma faixa de sentido único em cerca de 50% do percurso daquela via rápida desde a rotunda da antiga AIC até à Silveira com acessos ao hospital, a habitações e a estabelecimentos comerciais, a fluidez do trânsito lá em cima já não é o que era quando a Circular tinha menos procura. Ao obrigar-se o trânsito que circula à volta de Angra, a uma rotunda muito mais longa do que a que temos aqui, não se tem facilitado as coisas.

A circulação tem estado interdita nos últimos seis meses. Já deu para tirar a medida em dias de sol e de chuva, com mais ou menos nevoeiro e em diversos períodos do dia, e o que se constata é que não se registaram melhorias na fluidez do trânsito. Se isso tivesse acontecido, a proposta teria o sentido oposto, visando encerrar imediatamente e de forma permanente, mas não é isso que se constata pelas queixas que nos chegam dos condutores e de quem se desloca à nossa cidade.

Em tempos discutiu-se o afastamento de alguns serviços do centro da cidade mas concluiu-se por unanimidade em reunião de Câmara que essa seria uma má solução porque esses serviços

são polos de dinâmica e de atração económica e social para a cidade. Estão inclusivamente a ser construídos parques de estacionamento mais perto do centro para manter a utilidade de todos estes serviços. A maior parte das atrações turísticas situam-se dentro deste perímetro mais fechado da zona central da cidade e tudo isso gera um tremendo fluxo de trânsito rodoviário, pedonal e de coletivos que ficou bastante prejudicado pelo encerramento deste pequeno troço de vinte ou trinta metros que tanta dor de cabeça tem dado e muita tinta tem feito correr nos jornais. Ainda não me pronunciei sobre isso em crónicas de opinião mas o assunto tem gerado muita celeuma em diversos fóruns, nos cafés e noutros locais. Há uma grande discordância que nos tem sido bastas vezes transmitida em relação a esta solução que está assumida há seis ou sete meses e esta proposta visa inverter.

Sr. presidente da Câmara – O que foi aqui dito não faz qualquer sentido do ponto de vista da análise do trânsito. Neste momento não há nenhuma viatura que saia de qualquer lugar de estacionamento desta cidade que precise fazer aqui a rotunda. Quem quiser voltar para trás, vindo pela rua da Sé abaixo, pode fazê-lo descendo o primeiro troço da rua de S. João e virando para a rua da Rosa. Pode também virar à esquerda junto aos correios, virar à direita, depois à esquerda pela rua do Marquês e seguir pela rua do Rego. O único troço a partir do qual não é possível virar para trás é quem já tenha dobrado a esquina da rua de S. João e desde esse ponto até aqui não há um único lugar para estacionar uma viatura.

Aquilo que foi aqui dito não faz qualquer sentido. Lembro os senhores membros da Assembleia que essa foi uma das propostas da lista do Partido Socialista devidamente referendada porque não foi escondida. No dia das eleições e durante toda a campanha eleitoral a rua esteve fechada para que ficasse muito claro quais eram as intenções.

No mandato anterior a rua não foi fechada definitivamente de forma física porque isso não constava das propostas eleitorais de há quatro anos mas consta das atuais para que ficasse devidamente legitimado perante os senhores eleitores. É isso que será feito num compromisso assumido publicamente por mim e pela lista. No dia das eleições lá estava o palco e a rua fechada, ninguém escondeu nada a ninguém, dissemos às pessoas ao que íamos e é aí que vamos porque esta rua não é necessária e muito jeito faz um espaço de convívio com classe diante da Câmara. Já foi encomendado um palco elevatório que vai ficar enterrado com um sistema hidráulico igual ao que está no Centro Cultural que o fará sair do chão quando necessário, ou seja, para subir e descer consoante as utilizações.

Estamos na fase final de produção de um projeto de arquitetura para aqui, um compromisso eleitoral assumido com coragem e clareza perante todos os eleitores. Lembro ao senhor deputado do CDS-PP que ele foi expulso desta mesa e reduzido a dois lugarinhos na ponta dessa. Continue por aí que talvez caia dessa também.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Julgo que posso comentar esta última afirmação do senhor presidente da Câmara com um «não havia necessidade.»

Sr. presidente da Câmara – Às vezes é preciso.

Outras vozes – Isso não se diz. Isso é mau, senhor presidente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não é preciso, senhor presidente. Não é preciso e não havia necessidade. As coisas são muito claras. Dos programas eleitorais dos partidos que aqui estão na oposição, constava o não-fecho da praça velha e o fecho constava do programa de quem ganhou as eleições.

O PSD, em cumprimento do seu programa de candidatura, vai votar a favor da proposta do CDS-PP. O que não pode acontecer é o meio-termo que está a acontecer agora com a frente da Câmara muito mais condicionada com esta coisa que aqui está cheia de lonas e ferros. Uma intermitência de fecho/não-fecho sempre com estruturas que em nada dignificam o edifício dos Paços do Concelho e a própria praça, é a pior das soluções. Se é para fechar, feche; um dia que

mude a vereação camarária, o processo poderá ser revertido porque não há nada irreversível a não ser a morte. O senhor presidente tem toda a legitimidade para fechar. A ilegitimidade está neste meio-termo do fecha/não fecha que não é uma coisa nem a outra e é a pior das soluções.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, a classe da solução da praça velha equivale à classe das suas últimas declarações. A classe da prepotência, da falta de nível e daquilo que comecei por dizer no primeiro dia em que tomei posse nesta Assembleia Municipal: não se deve confundir a força com a razão, porque a força vem da razão, e não ao contrário. No seu caso, parece que quer aplicar a razão da sua força, algo típico das ditaduras. Não sei se é influência dos regimes nórdicos que o senhor tanto admira, mas não foi seguramente pela sua passagem pelo CDS que lhe faltou escola para uma boa formação política.

Em relação à praça velha, não sei se a classe a que se refere com este encerramento permanente é a mesma que um dia fez com que se decidisse retirar daqui a estátua de Álvaro Martins Homem porque era muito alta, desfeava a Câmara e retirava visibilidade à praça. A estátua foi para outro sítio mais adequado, uma avenida que lhe confere toda a dignidade, e foi substituída por barraquinhas de madeira, cabides e roupas de cabedal que são vendidas sobre a calçada da praça, um conjunto de soluções que já não constituem um uso alternativo, inclusive as soluções das esplanadas que lá estão que têm evoluído ao longo dos anos e nem sempre para melhor.

Não se trata de soluções de classe mas sim de gosto, senhor presidente. Se quiser ter a coragem, faça um referendo municipal em relação a isto e não baralhe os conceitos democráticos porque isso, não lhe permito. Respeito as suas opiniões mas, prepotência ou ditadura e mandar calar porque teve mais votos do que os outros, isso o senhor não faz.

Quem votou em mim não votou em si, senhor presidente. Estou aqui para representar quem votou em mim e não quem votou em si. As propostas que defendo são de quem se identifica com este tipo de pensamento e se sente prejudicado todos os dias ao circular pela cidade, a entrar por uma ponta e sair pela outra e tentar voltar para um parque de estacionamento.

A zona que falou aqui do centro tem quarenta ou cinquenta lugares de estacionamento mas não circulam por esta subida e desde a avenida Álvaro Martins Homem, cinquenta ou sessenta carros. São os condutores que descem a Ladeira de S. Francisco e têm que encontrar o trânsito que está a fazer a rotunda pela rua do Galo, são as dezenas para não dizer as centenas de viaturas que saem do estacionamento por detrás do tribunal e do estacionamento da praça de touros e entram na avenida Álvaro Martins Homem. São as pessoas que circulam que se queixam da má solução que é o encerramento da rua em frente à Câmara Municipal.

O senhor presidente meteu na gaveta um estudo de trânsito que encomendou e revelava soluções para a praça velha mas não o sabemos porque o mesmo nunca foi tornado público. O senhor não tem nenhum argumento objetivo em termos de fluxo de trânsito para dizer que sim ou que não - e está no seu direito - e da nossa parte nunca terá um tratamento com falta de classe como aquele que nos dirigiu há pouco.

Sra. d. m. Marília Vargas – Esta questão do encerramento da praça velha já foi debatida várias vezes nesta Assembleia. Para mantermos a coerência vamos votar contra esta proposta. A verdade é que o senhor presidente da Câmara sempre manifestou a sua intenção de encerrar, os angrenses votaram neste executivo camarário com uma margem muito grande como todos sabem, por isso achamos que o senhor presidente da Câmara tem toda a legitimidade para o fazer.

Quem ouve falar o senhor deputado Nuno Melo Alves até pensa que ficamos duas ou três horas metidos no trânsito e não sou dessa opinião. Não me parece que o nosso concelho tenha assim tanto trânsito como o senhor refere. Por estas razões vamos votar contra esta proposta.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.2 foi rejeitada** com 23 votos contra (22 do PS e 1 do PSD), 11 votos a favor (9 do PSD e 2 do CDS-PP) e 4 abstenções do PSD.*

3.3 - Proposta do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de ser alterado o Regulamento de Estacionamento Tarifado bem como o Regulamento Municipal de Taxas mediante a criação de uma zona especial de estacionamento denominada “zona 0”.

Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A senhora deputada Marília Vargas referiu que consta dos planos da Câmara o fecho da praça velha. Bom, se é esse o plano da Câmara, que o faça até porque, pelos vistos, já têm verba. O que é insuportável é esta situação de «nim» e de um encerramento na prática que está feito como uma qualquer interrupção provisória para uma procissão, um desfile de filarmónicas ou uma tourada com uns gradeamentos, umas instalações provisórias e uns quiosques. Não é carne nem é peixe, não é nem deixa de ser.

Na discussão da outra proposta sugerimos a possibilidade de referendar o encerramento mas o que está em causa neste momento é o espicaçar ou provocar - se o senhor presidente assim o quiser - a consciência e a mentalidade da Câmara porque esta situação do «nim» é, de todo, insuportável.

Vou passando aqui duas folhinhas com umas fotografias. Basta espreitarmos à janela para verificarmos que ao pé das grades há carros parados, quase sempre os carros elétricos e os carros a diesel da Câmara, e outros pertencentes aos que lá se dirigem. São carros de quem vai tomar café às instalações em volta, os tais utilizadores que talvez pudessem beneficiar de 5 minutos de estacionamento para poderem tomar um café rápido. Como só podem pagar 15 minutos, para não os pagarem, encostam os carros às grades de ambos os lados.

Agora quando há menos trânsito à noite, começa a ser moda parar também à esquerda na praça velha e não há nenhum sinal de trânsito, regulamento ou edital que o proíba uma vez que se trata de uma zona fechada.

O senhor presidente tem toda a razão. O que fazemos aqui é lançar uma preocupação, não tão cínica e corrosiva como este fecha/não fecha com grades, e fingir que não está fechado. Esta proposta tenta alcançar essa provocação mas não chega bem e tem certamente mais classe do que a provocação da Câmara.

Se a Câmara quer manter isto neste «ram ram», ao menos que o assuma, discipline, regulamente e dê o exemplo das boas práticas no concelho retirando os seus carros que estão sistematicamente encostadas a estas grades, desde a viatura presidencial ao Nissan preto elétrico, passando pela carrinha branca elétrica até às carrinhas de caixa aberta. Nas fotografias que estou a passar, as viaturas que identifiquei como sendo municipais são as únicas com a matrícula à vista.

O outro dia foi preciso um polícia sair de um carro para mandar retirar algumas viaturas que estavam encostadas às grades. Deslocava-se no seu carro particular e não estava de serviço porque ninguém conseguia passar aqui e o trânsito estava parado até à igreja da Sé por força do meu estacionamento, algo que não acontece apenas uma ou duas vezes. Tenho uma registada ali porque circulava a pé e tive tempo mas das outras vezes não quis parar o carro no meio do trânsito para tirar a fotografia.

Esta proposta pretende, de facto, sacudir aqui um bocado as areias e provocar uma reação lúcida e construtiva pese embora o facto de discordarmos da solução de encerramento da praça velha. Pior do que tudo é não assumir e deixar continuar este pandemónio que temos aqui à porta. Desafio qualquer um a ir à janela neste momento e quase aposto que verá um carro parado aqui e outro ali encostado às grades.

Se as outras propostas mereciam uma leitura, esta tem pormenores que considero uma delícia como, por exemplo, o que consta no ponto 27: «*É criada a zona especial denominada de zona 0 que abrange os lugares de estacionamento ao pé das grades vermelhas ou de outra cor, mediante deliberação da Câmara Municipal, na praça velha e espaços à esquerda nas vias de circulação.*» Talvez a mudança da cor das grades deva vir à Assembleia Municipal mas quis dar essa confiança à Câmara.

Esta é uma resposta que não chega bem ao cinismo da Câmara com a não-solução que nos propõe mas faz um esforço sério para tentar lá chegar. Analisa os regulamentos municipais, o contrato e, mais uma vez, não vemos aqui nenhum impedimento legal no âmbito da contratação pública para a criação desta nova zona de estacionamento e a sua exploração direta por parte da Câmara Municipal.

As tarifas propostas servem mesmo para desincentivar. Até consideramos que as autorizações de estacionamento a deficientes ou lugares anuais não devem ser concedidos ali ao pé das grades porque aquilo deve ser mesmo para os muito ricos ou muito favorecidos. Pelos preços das multas e das tarifas que aqui propomos, a Câmara pode muito bem destacar para ali um funcionário permanente para cobrar estas tarifas ao minuto e as multas a quem o ultrapassar. Mais uma vez reitero que esta proposta tem algum travo de ironia mas, volto a frisar, nada que se compare com o cinismo da não-solução que está neste momento implementada.

Sr. presidente da Mesa – Senhor deputado Nuno Melo Alves, ouvi com toda a atenção a sua exposição que só fundamenta o meu entender sobre esta proposta que é provocatória como o senhor acabou de dizer, o que a Mesa não pode aceitar...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Pode e deve.

Sr. presidente da Mesa – Não, não pode. Não, não pode. Não pode. Peço desculpa mas não pode. O senhor pode recorrer para o plenário da decisão do presidente e a minha decisão é não aceitar propostas provocatórias. Para além daquilo que o senhor acabou de dizer, pelos vistos não passa na praça velha muitas vezes.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Passo muitas vezes.

Sr. presidente da Mesa – Não, passa muito poucas vezes porque o senhor não está a expor a situação da rua da Sé ou da Guarita onde há imensos estacionamentos indevidos por parte de pessoas que vão à farmácia com lugar para estacionar a cinco metros. O senhor está a misturar alhos com bugalhos de uma forma perfeitamente incrível que não tem nada a ver. Continuo a dizer-lhe que, como presidente da Assembleia, não aceito propostas provocatórias.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, peço uma interpelação à Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Esta é a minha questão, ponto fechado. Não há qualquer hipótese da minha parte...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Oh, senhor presidente. Desculpe lá mas há regras...

Sr. presidente da Mesa – Além do mais, já foi dito e redito aqui que as tarifas não podem ser alteradas...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não há nenhuma alteração, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa – Desculpe mas a proposta diz: «*Ser alterado o regulamento de estacionamento tarifado.*» Já foi explicado aqui que o mesmo não pode ser alterado, de maneira que a minha decisão é não admitir esta proposta.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, interpelação à Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Faz favor.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, a ordem de trabalhos foi deliberada, aceite e enviada há duas ou três semanas dentro do prazo legal e esta proposta está dentro da legalidade. No regulamento municipal e na lei 179 que está em vigor e regulamenta a atividade, nada impede teor de proposta e isso é censura pura e dura. Já basta, senhor presidente!

Sr. presidente da Mesa – Ó senhor deputado...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, eu ainda não acabei. Eu não acabei, senhor presidente. Estou a interpelar a Mesa. Eu estou a interpelar a Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Senhor presidente da Câmara, faça favor...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Eu não acabei, senhor presidente! Eu estou a interpelar a Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Senhor deputado...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Eu não acabei e estou a interpelar a Mesa.... O senhor não me pode tirar a palavra porque estou a interpelar a Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Senhor deputado, deve interpelar a Mesa nos termos regimentais e não da forma como o está a fazer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, eu pedi a palavra para uma interpelação à Mesa.

Sr. presidente da Mesa – A questão que o senhor está a colocar não é uma questão correta.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – É, sim senhor.

Sr. presidente da Mesa – Eu já disse aqui que a admissibilidade em conferência de líderes não significa nenhuma análise ou censura relativamente ao conteúdo das propostas. O senhor sabe porque esteve na reunião. A proposta é admitida sem ser lida ou analisada.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Esse é um problema da Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Perante a análise feita a posteriori e pelo que foi já referido, inclusive pelo senhor deputado, o presidente da Mesa entende que a proposta não tem razão de ser e o senhor só tem uma hipótese aqui que é recorrer para o plenário da decisão do presidente.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, posso falar usando a minha interpelação ou estou impedido de o fazer?

Sr. presidente da Mesa – Faça favor.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Em primeiro lugar a proposta foi aceite em ordem de trabalhos que foi publicada no Diário Insular. Se a Mesa não teve tempo de ler as propostas e fazer as observações que achasse pertinentes, isso não é problema meu. Segundo, o conteúdo das propostas é da responsabilidade de quem propõe e qualquer limitação a esse conteúdo é pura censura.

Não estamos a chamar nomes a nenhum membro da Mesa, desta Assembleia ou da Câmara nem a desrespeitar as suas opiniões ou tão pouco a citar na lei, a ilegalidade do fecho da praça velha ao trânsito sem a publicação de um edital municipal conforme as regras da Câmara a avisar porquê e durante quanto tempo. Estamos é a dar uma resposta igual e a falar ao mesmo nível do que a Câmara está a fazer em termos de gestão. Isso é uma decisão, uma proposta nossa. Visto que não está ferida em termos regimentais ou legais, não faz nenhum sentido e não há nenhuma razão para a rejeitar a não ser a censura. Este órgão é soberano para a rejeitar e fazer as declarações de voto que entender. A questão da apresentação está votada porque consta da ordem de trabalhos...

Sr. presidente da Mesa – Não, não está.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Está, sim senhor.

Sr. presidente da Mesa – Não, não está.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Está, sim senhor.

Sr. presidente da Mesa – Não, não está!... Já teve tempo. O senhor acabou de dizer que considerava ilegal a atitude da Câmara relativamente à praça velha e acabou de dizer também que a sua proposta era exatamente igual à provocação que a Câmara Municipal fez...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não, não, não...

Sr. presidente da Mesa – Então, se considera ilegal essa atitude da Câmara, está a considerar ilegal a sua proposta!...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Esta proposta não é ilegal...

Sr. presidente da Mesa – Não tem mais nenhuma questão a pôr. Senhor deputado Luís Rendeiro, faça favor.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Senhor presidente, isso são argumentos falaciosos e falsos.

Sr. presidente da Mesa – Retiro-lhe a palavra. Faça favor, senhor deputado Luís Rendeiro. Retiro-lhe a palavra! Retiro-lhe a palavra!

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaria também de interpelar a Mesa porque entendo que é preciso serenar um pouco. Na conferência de líderes percebi claramente o tom desta proposta e onde isto iria chegar e julgo que a líder do grupo municipal do PS terá também percebido o teor da proposta em questão que foi admitida. Tendo sido admitida, o proponente teve tempo para a apresentar exaustivamente e o presidente da Câmara teve tempo para se pronunciar acerca da forma como a mesma foi apresentada.

A proposta foi aceite em conferência de líderes e não cumpriu nenhuma ilegalidade, independentemente das questões de forma e de conteúdo, as quais procurarei debater no tempo de debate da proposta se o senhor presidente o permitir e eu gostaria que o fizesse. Debatendo a proposta democraticamente, ela poderá ser aprovada ou chumbada e existe uma maioria muito clara nesta Assembleia.

Prevejo que o senhor presidente da Mesa não mudará a sua decisão de retirar da agenda esta proposta. Posso adiantar que o PSD até concorda com os objetivos do CDS-PP em evitar o que está a acontecer agora na praça velha em que, muitas das vezes as viaturas responsáveis por aquilo que se pretende combater, são da própria Câmara ou de funcionários da Câmara, o que é ainda mais complicado. A falta de policiamento leva a estas situações com as perturbações ao trânsito a elas inerentes mas não nos revemos na forma com a proposta está redigida e apresentada. Não achamos que deva ser assim em Assembleia Municipal e como tal o PSD iria votar contra esta proposta que respeitamos mas não nos revemos nesta forma de apresentação.

Não o fizemos desta vez mas, se calhar, deveríamos ter apresentado noutras sessões da Assembleia Municipal outro tipo de propostas ou recomendações que visassem o mesmo objetivo que está corretíssimo e vai ao encontro da situação que denunciei que é o «nim», um bocadinho a bagunça que está na praça velha, fruto desta situação intermédia em que não está aberto nem está fechado.

Julgo que a maneira mais fácil de não perpetuarmos esta reunião é votar a proposta, estando certo que a mesma vai ser chumbada, e de futuro outras poderão surgir. Fazendo já a declaração de interesses do PSD, não achamos que esta deva ser a forma de abordar os problemas mas concordamos com o problema que é denunciado.

Sr. presidente da Câmara – Ainda neste tom de interpelação retiro as objeções que há pouco apresentei. Bem vistas as coisas, venho agora instar junto do senhor presidente da Mesa no sentido da admissão da proposta para resolvermos isto porque estamos aqui há muito tempo e não vale a pena. Sem querer sair do modo interpelativo e pedindo já desde já desculpa ao

senhor presidente da Mesa pelo que vou dizer, também não acho bem que se parem os carros ali. Acho que é consensual junto de todos e vamos agir no sentido de fazer tudo o que for necessário para que isto se resolva. A praça ficará fechada e sem os carros ali; é isso que a Câmara fará.

Sr. presidente da Mesa – Senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Na condução dos trabalhos da Assembleia que faço há mais de doze anos, sempre agi com total tolerância e abertura admitindo propostas em cima da hora desde que as mesmas fossem coerentes, razoáveis e tivessem enquadramento legal, e o senhor deputado Luís Rendeiro acaba de pedir que reconsidere a minha posição dizendo que também não está de acordo com o teor da proposta.

Está aqui uma questão de princípio. O senhor deputado preponente diz que ela é proposta em resposta à provocação que ele diz existir por parte do senhor presidente da Câmara e o presidente da Mesa é que tem que ceder? Que ceda. Eu não tenho qualquer tipo de problema em passar à votação desta proposta mas não me venham dizer que, uma boa condução de trabalhos, é admitir tudo de qualquer forma e feitio quando o próprio preponente diz que a sua proposta é provocatória e o líder do grupo municipal do PSD concorda.

Sinceramente poderia, sem qualquer tipo de problema, expor ao plenário e agora decidam contra mim. Se querem discutir a proposta, decida-se então continuar com esta discussão que não vai levar a nada senão à sua derrota.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito obrigado por me conceder a palavra mais uma vez. Entre a apresentação da proposta na conferência de líderes e o momento da sua discussão houve tempo para que toda a gente a pudesse ler, incluindo a Mesa, e aferir do seu conteúdo. Como já disse, à altura fiquei logo esclarecidíssimo acerca do conteúdo, do tom da proposta e do que iria acontecer e também não houve dúvidas em termos de reunião preparatória do PSD acerca da forma como a viríamos a interpretar.

Julgo que a retirada de uma proposta numa fase destas devido ao seu conteúdo, abre a porta a outros conteúdos de interpretação subjetiva. A interpretação em cima da hora poderá ser um problema e só nos obrigará a mais alguma atenção em conferência de líderes no sentido de evitar este tipo de discussões no plenário da Assembleia Municipal. À porta fechada em conferência de líderes, a discussão poderá ser feita com outra proximidade, franqueza e menor exposição.

Já se percebeu o que vai acontecer à proposta em sede de votação. Usando a palavra sem qualquer tipo de conotação negativa, sem mais «desentendimentos», votemos a proposta para que possamos encerrar os nossos trabalhos por hoje, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa – Senhor deputado Luís Rendeiro; como o senhor sabe, na conferência de líderes não discutimos as propostas. De resto, em termos de funcionamento do plenário, também não lemos previamente as propostas que recebemos de boa-fé. Como já disse, esta votação poderia ser evocada para o plenário. No entanto, dispensando esse formalismo pelo adiantado da hora, vamos discutir esta proposta mas continuo a dizer que o senhor e o próprio preponente estão exatamente de acordo com a questão que eu coloquei.

Independentemente de se concordar ou não, lembro que é uma questão de princípio. Quando um preponente acha que é provocatório e um elemento de outro grupo parlamentar também considera que a proposta não é razoável, o presidente da assembleia tem o direito de considerar que a mesma estaria prejudicada por essas razões. Se a querem discutir, encantado da vida; vamos a isso.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Começo por agradecer a manutenção da proposta. No meio de toda esta celeuma, respeito-a mas manifesto a minha discordância em relação à interpretação do senhor presidente da Mesa. Entendo que não podemos basear-nos em apreciações subjetivas do

que é razoável ou decente porque é muito fina a linha que separa a subjetividade da aceitação de propostas. As propostas devem ser aceites não contendo insultos objetivos ou questões nefastas, como é o caso desta proposta que apresenta uma provocação, mas ao jeito de resposta a uma situação absolutamente provocatória para todos os nós que é o não-encerramento.

Esta nossa proposta há de ter o tratamento e o apoio que os grupos parlamentares entenderem porque é assim que as coisas devem funcionar. Por alguma razão estamos a votar isto em democracia e não considero correto que as propostas sejam excluídas com base em critérios de maior ou menor subjetividade. Volto a agradecer o recuo e a aceitação da proposta por parte do senhor presidente da Mesa, uma forma válida de lidar com as coisas.

Agradeço também ao senhor presidente da Câmara e quase o perdoo pela boca de há pouco de falta de classe. O assunto fica quase sanado pelo facto de o senhor considerar que esta proposta deveria ser discutida até ao fim.

Sr. presidente da Câmara – Não abusemos, não abusemos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – É apenas um quase. Ainda não chegou lá. Talvez na próxima sessão. Tudo isto para dizer que a questão de fundo aqui a ser discutida é o pandemónio que está aqui do lado de fora. Não sendo intenção da Câmara criar o pandemónio no estacionamento aqui pirateado com zonas alternativas, é esta a consequência e está subjacente nesta proposta uma solução para esta questão.

Sra. d. m. Marília Vargas – Realmente o senhor deputado Nuno Melo Alves referiu na conferência de líderes a sua intenção provocatória nesta proposta mas não é esse o local para se ler uma proposta com calma e tenho que dar razão ao senhor presidente da Assembleia. As propostas levam-se para casa, lêem-se com calma e aí é que se tiram conclusões. De qualquer maneira o debate foi interessante mas, por todas as razões apresentadas, vamos votar contra esta proposta.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.3 foi rejeitada** com 30 votos contra, (19 do PS e 11 do PSD) e 2 votos a favor do CDS-PP.*

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Sr. presidente da Mesa – Quero desejar ao senhor presidente da Câmara e aos senhores vereadores bem como a todas e todos os deputados municipais, um bom Natal e um feliz ano novo extensível às vossas famílias e, por vosso intermédio, extensível também a todos os munícipes.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Da nossa parte, agradecemos e retribuímos os desejos de boas festividades para si e para a sua família, para a Câmara e para os restantes membros da Assembleia.

Sr. d. m. Luís Brasil – Em nome do grupo municipal do PSD, faço votos de boas festas a todos os presentes com desejos de um feliz ano novo e, acima de tudo, muita saúde e genica para trabalharmos juntos no próximo ano.

Sra. d. m. Marília Vargas – O grupo municipal do Partido Socialista agradece e retribui os votos de boas festas.

Sr. presidente da Câmara – Em nome da Câmara, desejo também a todos um feliz Natal e um excelente 2018.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 17h40m do dia 15 de dezembro de 2017, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da

Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz

ANEXO

ÍNDICE DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA:

Ponto 1.1	Pág. 09
Ponto 1.2.....	Pág. 17
Ponto 1.3	Pág. 18
Ponto 1.4	Pág. 20
Ponto 1.5	Pág. 25
Ponto 1.6, 1.7.....	Pág. 32
Ponto 1.8	Pág. 36
Pontos 1.9, 1.10, 1.11.....	Pág. 37
Pontos 1.12.....	Pág. 39
Pontos 1.13, 1.14	Pág. 40
Ponto 1.15, 2.1	Pág. 43
Pontos 2.2, 2.3, 2.4, 2.5	Pág. 44
Pontos 2.6, 3.1	Pág. 45
Ponto 3.2	Pág. 48
Ponto 3.3	Pág. 52